



SENADO FEDERAL
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

ADAN JÚNIO SILVA NASCIMENTO

**AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE
LEGISLATIVO**

Brasília
2015

ADAN JÚNIO SILVA NASCIMENTO

AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO

Trabalho de pesquisa desenvolvido como trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade do Legislativo Brasileiro como pré-requisito para a obtenção de título acadêmico de Especialista em Ciência Política.

Orientadora: Suely Mara Vaz Guimarães de Araujo

Brasília
2015

ADAN JÚNIO SILVA NASCIMENTO

AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO

Trabalho de pesquisa desenvolvido como trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade do Legislativo Brasileiro como pré-requisito para a obtenção de título acadêmico de Especialista em Ciência Política.

Brasília, ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Suely Mara Vaz Guimarães de Araujo

Prof. Dr. Rafael Silveira e Silva

Dedico à minha professora e orientadora, poço de serenidade, paciência, sabedoria e “nerdice” arguta durante a elaboração deste trabalho. À minha linda e amorosa esposa. Aos meus pais, sogros, irmãos, sobrinhos e afilhados.

Agradeço primeiramente a Deus! Ainda, a esta instituição de ensino, meus colegas de turma, mas, sobretudo, à sociedade brasileira por me permitir tão preciosa oportunidade de formação, qualificação profissional e engrandecimento. Sou grato a todos e espero contribuir para a evolução do nosso Estado, com menos burocracia e organizações insuladas, com pessoas, além de tudo, mais conscientes dotadas de moral coletiva e politicamente responsáveis.

“O mundo não é um mar de rosas. É um lugar ruim e asqueroso. Não importa o quão valente você é ele sempre te deixará de joelhos e o manterá assim se você permitir. Nem você, eu ou ninguém baterá tão forte quanto à vida. Mas isso não se trata de quão forte você pode bater e sim o quão forte você aguenta ser atingido e continuar seguindo em frente: é assim que se conquista a vitória! Agora, se você sabe o seu valor, vá e o conquite!”.

Rock Balboa, filme Rock Balboa

RESUMO

Este trabalho trata-se de um esforço para compreender como as audiências públicas são utilizadas pelo Legislativo. As audiências públicas têm por objetivo proporcionar uma discussão com a sociedade. Sua característica institucional é a que nos atemos, pois esperou-se averiguar como esse instrumento é utilizado para intervir e inquerir entes do Executivo por informações sobre programas, ações ou mesmo fiscalizar políticas públicas a fim de suprir vácuos de funcionamento, ao mesmo tempo em que possibilita o controle intragovernamental. Tendo o Senado Federal como lócus, ativemo-nos às comissões temáticas permanentes em funcionamento para o período de 2011 a 2014. Os dados revelaram a regularidade e a sistemática de funcionamento das audiências públicas e sua efetividade no aperfeiçoamento legislativo, mesmo que com limitações.

Palavras-chave: audiência pública, Senado Federal, comissões temáticas permanentes.

ABSTRACT

This work is an effort to understand how the public hearings are used by the Legislative. Public hearings aim to provide a discussion with society. The institutional characteristic is what matters, because with this work we intend to find out how this tool is used to intervene and inquire agencies of Executive for information about programs, actions or even monitor public policies in order to meet operating vacuums, while allows the intra-governmental action. Having the Federal Senate as a locus, we attend by the permanent thematic commissions in operation between 2011 and 2014. The data showed the regularity and functioning of systematic public hearings, and its effectiveness in the legislative betterment.

Keywords: public hearing, Federal Senate, permanent thematic committes.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	12
3. METODOLOGIA.....	17
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	19
4.1 Comentários Gerais.....	19
4.2 Comissão de Assuntos Econômicos.....	21
4.3 Comissão de Assuntos Sociais.....	26
4.4 Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	29
4.5 Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.....	32
4.6 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....	34
4.7 Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	37
4.8 Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	39
4.9 Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	42
4.10 Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	44
4.11 Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	48
4.12 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....	52
4.13 Comissão Permanente Senado do Futuro.....	54
5. CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59
ANEXO.....	60

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca trazer esclarecimentos acerca de determinado instrumento de controle legislativo: as Audiências Públicas (AP). Tendo-as como base, a presente pesquisa desenvolve suas verificações e apontamentos sobre seu uso. A pergunta a qual se pretendeu responder foi “*qual é a efetividade das APs realizadas pelo Senado Federal?*”.

Espera-se que em um sistema político eficiente os eleitores consigam fazer clara distinção entre propostas partidárias que, eventualmente, na assunção governamental, venham a ser postas em prática. Podemos dizer, portanto, que, em uma democracia presidencialista, os mandatários eleitos, sobretudo os representantes no Legislativo, por vezes acabam tendo agendas de trabalho afins a demandas de nível local e nacional diferentes das do chefe do governo central.

O caso brasileiro, embora apresente na prática a característica de um sistema político arraigado no qual Parlamentares mantêm foco “paroquial” de atuação, ainda apresenta coordenação com o Executivo.

Dotado de fortes poderes legislativos (edição de medidas provisórias, autoria de leis com urgência, poder de veto a proposições etc.) e vínculos com os líderes partidários da base aliada, o Executivo retém sob seu controle grande parte das instâncias decisórias, maximizando a capacidade do governo de elaborar políticas públicas de abrangência nacional de sua agenda.

Nesse contexto, é de se desejar que a efetividade legislativa seja não por sua submissão à agenda de governo imposta, mas decorra da atuação do Legislativo como instância onde atores buscam exercer algum tipo de controle sobre a elaboração e implementação de políticas público-sociais, também utilizando seus interesses e tendências próprias como filtro de atuação. É desse controle, onde os que tomam decisões são influenciados por aqueles que requerem informações, interpelam burocratas, técnicos e gestores, expõem políticas e programas de governo, que se busca corrigir assimetrias de informações e outras atividades que gradativamente venham ter acesso ao processo decisório governamental.

A partir do segundo capítulo, a pesquisa é apresentada com a revisão da literatura, sob o prisma da atuação fiscalizatória entre instâncias de poder estatal – Legislativo e Executivo –, num contexto de democracia que é marcada, pelo menos em parte, por possibilidades de participação direta dos cidadãos.

O terceiro capítulo apresenta os esforços considerados para investigar aquilo que se propõe o trabalho. Neste sentido, o lócus de análise foi delimitado em doze instâncias, as comissões permanentes temáticas em funcionamento no Senado Federal, por determinado período equivalente à metade do mandato de um senador. Para verificarmos a efetividade das APs, foram analisados 45 estudos de casos, selecionados aleatoriamente em um conjunto pré-definido com base em critérios como a presença, nas audiências públicas, de entidades distintas e duração da reunião.

Na sequência, o quarto capítulo divide-se em treze seções, nas quais são apresentados os resultados gerais, bem como o resultado de cada uma das comissões, incluindo a síntese dos dados coletados em tabelas pormenorizadas, de modo a embasar as considerações apresentadas. Cada uma das comissões foi analisada e teve seus estudos de caso selecionados ano a ano.

No quinto capítulo, temos a conclusão do trabalho, com os aspectos gerais apresentados nas discussões.

Por fim, apresentam-se as referências bibliográficas utilizadas e o anexo, onde consta a tabela de seleção dos estudos de caso de cada comissão, com ênfase às proposições que as motivaram bem como os requerentes.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A Constituição Federal do Brasil, em vigor desde 1988, concebida após 21 anos de regime militar, foi um marco para o processo de redemocratização do país. Trouxe à luz um novo viés de participação social e política, retomando direitos antes cerceados pelos anos de repressão. Em um capítulo introdutório de seu livro sobre as APs realizadas durante a Assembleia Constituinte de 1987, Backes, Azevedo e Araújo (2009) consideram que foram realizadas mais de duzentas reuniões com a presença de, pelo menos, novecentos convidados de delegações de todo o país, organizados em grupos de acadêmicos, juristas e outros interessados na elaboração da Constituição. Destacam a profundidade e o impacto das APs então produzidas e afirmam não há fronteiras no rastreamento desses debates e seus desdobramentos.

Pode-se afirmar que o paradigma de participação popular e a criação de mecanismos de controle da Administração Pública fazem parte de uma necessidade histórica de toda a América Latina. Em linhas gerais, essa região não tem larga tradição de governos democráticos, elemento essencial para o cooperativismo e cogestão pública. Fonseca, Rezende, Oliveira e Pereira (2013) salientam que, especificamente nas APs, muito embora a participação popular seja de grande valia, às vezes até índice de efetividade, após o primeiro momento da reunião, é comum que a participação social venha a ser relegada.

A existência de um arcabouço legal é o suporte necessário a práticas legítimas de direitos participativos e fiscalização, aspecto constitucional atualmente em amadurecimento em nosso país (FONSECA; REZENDE; OLIVEIRA; PEREIRA, 2013). Ter o controle, senão o conhecimento dos atos de quem detém o controle, é o início da governança a fim de compreender os problemas que envolvam as instituições democráticas.

Os instrumentos de verificação e controle horizontal de desempenho e da atividade do Executivo por parte do Legislativo são essenciais à democracia (LEMOS, 2007). É, desse modo, uma atenção ao acompanhamento interinstitucional como elemento de saneamento democrático, reservando-se ao Parlamento a acomodação dos conflitos e suas resoluções, por ser entidade que abriga mandatários diretos da sociedade.

A literatura refere-se ao controle legislativo como *accountability* horizontal, sendo que, de várias formas, o próprio Estado, no espírito da autorregulação e harmonia entre os poderes, impede desvios, arbitrariedades e eventuais excessos do governante ou erros da administração pública (LEMOS, 2007). Essa forma de controle é complementar à *accountability* vertical, exercida por todos os cidadãos e adstrita aos pressupostos

constitucionais – o voto direto, plebiscito, referendo e iniciativa popular (O'DONNELL, 1998). O que vivemos na prática no país é o uso quadrienal do sufrágio, puro e simples, para a eleição de mandatários, ou o Legislativo exerce o controle sob sua responsabilidade?

Aspecto que reforça a relevância de mecanismos de controle é o fato de que o Executivo, tendência geral em democracias presidencialistas, tem tomado o protagonismo na iniciativa das leis. Em contrapartida, o papel fiscalizador do Legislativo em relação ao governo passa a ter precedência de exercício (LEMOS, 2007). No entanto, a realidade aponta como hercúlea a tarefa de acompanhar, informar-se e corrigir assimetrias de políticas governamentais, além de realizar suas atividades intra-institucionais. Se o Legislativo fosse capaz de dar conta plenamente desse leque de atividades, talvez muitos desvios de conduta de agentes públicos e erros de gestão fossem evitados (FIGUEIREDO, 2001). Porém, a baixa tradição democrática de nosso país, e costumes arraigados como o aparelhamento estatal e o clientelismo, acabam por impedir a efetividade do papel fiscalizador (LEMOS, 2007; ARAÚJO; TESTA; SILVA, 2015).

No Brasil, Lemos (2007) realizou levantamento das proposições de controle no período de 1988 a 2004, o que a levou a demonstrar a elevação progressiva das atividades de controle, que representavam 7,8%, no primeiro ano estudado, para 35,9%, em 2004. O fim do período de exceção, a abertura do voto direto e a retomada da liberdade de imprensa e expressão, entre outros benefícios à cidadania, podem justificar a elevação desses percentuais, ao considerarmos o vislumbre coletivo da responsabilização política por parte da sociedade, o que por extensão costuma refletir-se no Parlamento, apesar de nossa tradição histórico-cultural. Dados de seu estudo estão dispostos na Tabela 1.

Formalmente, tanto a Constituição de 1988 quanto os regimentos internos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados dispõem, como modalidades da *accountability* horizontal, o controle orçamentário, fiscal, financeiro e contábil, o poder de nomear, exonerar e afastar membros do Poder Executivo, o poder de solicitar informações, de investigar, bem como a escolha de autoridades (processo adstrito ao Senado), o *impeachment* (processo que se inicia na Câmara e é julgado no Senado) e as investigações perpetradas pelo Legislativo na forma das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), as quais podem ser instaladas por qualquer das Casas autonomamente, como também podem vir a funcionar conjuntamente (LEMOS, 2007).

Tabela 1 – Atividades de controle legislativo no período 1988-2004

Governo	Requerimentos de informação			Audiências públicas			Convocação de autoridades			Propostas de fiscalização e controle			Total
	CD	SF	Sub	CD	SF	Sub	CD	SF	Sub*	CD	SF	Sub	
Sarney* (1988-1989)	401	67	468	Missing	21	21	19	14	33	0	2	2	524
Collor* (1990-1992)	2.260	396	2.656	Missing	28	28	23	21	48	57	0	57	2.789
Itamar (1992-1994)	1.369	322	1.691	Missing	22	22	7	11	18	46	1	47	1.778
FHC1 (1995-1996)	2.173	624	2.797	136	58	194	27	26	58	57	0	57	3.106
FHC2 (1997-1998)	1.891	288	2.179	250	55	305	18	13	31	42	1	43	2.558
FHC3 (1999-2000)	2.870	323	3.193	306	148	454	22	8	38	43	3	46	3.731
FHC4 (2001-2002)	1.944	245	2.189	57	118	175	44	12	56	39	4	43	2.463
Lula1 (2003-2004)	2.433	832	3.265	116	180	296	41	20	61	53	5	58	3.680
Total**	15.341	3.097	18.438	865	630	1.495	201	126	344	337	16	353	20.630

Fonte: Lemos, 2007.

Nota: grifos da autora* Sarney: a partir de 5 de outubro de 1988; Collor: 15 de março de 1990 a 2 de outubro de 1992. ** Conta com 17 casos de convocações do Congresso Nacional: Collor, 4; FHC1, 5; FHC3, 8 Calls.

Requerimentos de informação, APs, convocações/convites de autoridades e propostas de fiscalização e controle são os instrumentos que têm maior expressividade no Congresso. Ao verificar a quantidade de vezes que foram utilizados ao longo de sucessórios governos, a experiência nacional analisada por Lemos (2007) para o período aponta a requisição de informações ao Executivo como instrumento preferencial do Legislativo. Isso talvez se deva ao fato de o requerimento de informação ser o mais fácil de execução dentro do seu lócus, com o mínimo de exposição para razoável repercussão política.

Destacadamente, as APs registradas no período apresentam uma prevalência de 7,2%, superior às propostas de fiscalização e controle (1,77%) e às convocações de autoridades (1,66%).

Quantitativamente, é desproporcional a disparidade dos demais instrumentos em relação aos requerimentos de informação. Mesmo somados, registram apenas 10,6% contra 89,3% dos requerimentos. Repetimos que a exposição política do uso dos requerimentos de informação é mínima, e sua execução facilitada, enquanto as APs, segundo instrumento mais utilizado, têm relação inversa quanto à exposição e execução.

Em suas considerações sobre as redes de políticas públicas, a importância e participação de diversos atores sociais na evolução do *policymaking*, Araújo, Testa e Silva (2015) levantam as APs e reuniões semelhantes realizadas na Câmara dos Deputados, entre 2011 e o primeiro semestre de 2014, com dados que evidenciam o aumento significativo do uso dessa ferramenta.

Tabela 2 – Audiências públicas e reuniões similares na Câmara

Fórum legislativo	2011	2012	2013	2014 (até 30 jul. 2014)	Total
Comissões permanentes	320	262	270	52	904
Comissões temporárias	101	94	117	40	352
Outros	18	22	20	6	66
Total	439	378	407	98	1322

Fonte: Araújo, Testa e Silva (2015).

O controle é fundamental para se definirem as consequências que porventura venham a recair sobre a autoridade governamental desviante. Participar da formulação do arcabouço legal, incluindo-se dispositivos e recursos que garantam ao Legislativo a participação efetiva antes, durante e posteriormente à aplicação de determinada política, com certeza pode garantir o aperfeiçoamento democrático (LEMOS, 2007).

Depreende-se assim o caráter coletivo das atividades integradas no âmbito da gestão intragovernamental institucional. Sem qualquer prejuízo da diferenciação conceitual do construto *direitos*, ao utilizar o termo *direito coletivo*, qualifica-se o campo de atuação em que a realização de audiências públicas opera, uma vez que a efetividade da AP pode ser exponenciada se houver, nas organizações públicas, condições formais para a participação da sociedade e seus grupos de interesse (FONSECA; REZENDE; OLIVEIRA; PEREIRA, 2013).

A AP possui papel de troca social/ *role-playing* de manifestações democráticas, tal como de coleta de opinião, debates, consultas públicas, colegiado público e diversas outras formas de cogestão previstas no emaranhado infraconstitucional vigente no Brasil. É uma real oportunidade de conscientização e educação da população em geral, e dos grupos de interesse, sobre as diretrizes, políticas e marcos legais necessários à gestão pública. A administração pode valer-se das contribuições proporcionadas e também referendar decisões, elencando elementos anteriormente não considerados na apreciação prévia interna (FONSECA; REZENDE; OLIVEIRA; PEREIRA, 2013).

A Constituição de 1988 deixa claro, em seu art. 14, a importância da participação e soberania popular nos rumos da nação. É nesse íterim que a audiência pública se insere no

rol de instrumentos de participação cidadã da gestão pública. Tanto quanto outros dispositivos constitucionais, traz à baila o caráter participativo da gestão; notadamente, distingue-se como um mecanismo significativamente expresso em seu art. 58, e é sobre esse aspecto que nos atemos neste trabalho, a saber:

O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação. (...) § 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe: I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa; II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil; III – convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições (...).

Notamos, portanto, o instituto da AP como de participação administrativa aberta a indivíduos e grupos organizados, vislumbrando a legitimidade de ideias e discussões em atividade de governo, em processo pelo qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções que possam conduzir o Poder Público a uma decisão de maior aceitação consensual.

Há na AP esse sentido de abertura a um espaço democrático e ágil para políticas, ações, programas ou mesmo leis serem aperfeiçoados em sua origem ou em sua implementação, por meio de seu uso como foro dinâmico. Nesse jogo, é de se esperar que o gestor público (legislador, magistrado e autoridades afins) intervenha prontamente para que, do debate ali proporcionado, devolva para a sociedade medidas de médio e longo prazo sobre determinada demanda (FONSECA; REZENDE; OLIVEIRA; PEREIRA, 2013).

É mediante a realização de reuniões públicas que o direito básico de livre manifestação e opinião encontram foro no Legislativo acerca dos assuntos de interesse coletivo.

Considerando o decorrido até este ponto, temos como propósito de trabalho investigar, no período da 54ª legislatura (2011-2014), o uso dado às APs pelas comissões permanentes do Senado Federal, a fim de verificar a importância desse mecanismo para o ambiente institucional, político e democrático nacional. O capítulo seguinte detalha a coleta de dados, critérios de escolha adotados e outras considerações metodológicas.

3. METODOLOGIA

Como mencionado, estabelecemos que o trabalho investigaria, no período correspondente à 54ª legislatura brasileira (2011-2014), o uso dado às Audiências Públicas (APs) como instrumental legislativo, e suas potenciais repercussões.

Diante da quantidade e diversidade de dados produzidos pelo Congresso Nacional ano após ano em suas dezenas de comissões permanentes, temporárias, especiais, subcomissões, comissões parlamentares de inquérito e frentes parlamentares, optamos por restringir nossa análise a apenas uma das Casas Legislativas.

No Senado Federal, buscamos as doze comissões permanentes temáticas existentes no período, dado a regularidade de funcionamento e os aspectos legais que as balizam, existentes no Regimento Interno. A coleta de dados restringiu-se, portanto, a doze comissões permanentes do Senado Federal¹, no período de 2011 a 2014.

De 2011 a 2012, essa Casa Legislativa contou com onze comissões temáticas permanentes, passando a doze com a criação, em 2013, da Comissão Permanente Senado do Futuro (CSF). As demais comissões temáticas são:

- Comissão de Assuntos Econômicos (CAE);
- Comissão de Assuntos Sociais (CAS);
- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ);
- Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT);
- Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH);
- Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR);
- Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE);
- Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI);
- Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA);
- Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e
- Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

¹ Legalmente, a partir de 2013, são treze as comissões permanentes do Senado Federal, das quais doze são temáticas e uma administrativa. A Comissão Diretora nada mais é que o colegiado composto pelos membros da Mesa Diretora do Senado Federal, ou seja, o presidente, dois vice-presidentes e quatro secretários, além dos suplentes, responsáveis pela direção e ordenamento administrativo da Casa.

Todas as doze comissões foram analisadas nesta pesquisa, sendo escolhida de maneira aleatória, em cada uma delas, apenas uma AP realizada para cada ano de atividade no período considerado, totalizando 45 casos. Este número foi atingido por ter a CSF realizado no ano de 2014 apenas uma AP, que não atendeu aos critérios estabelecidos para a seleção. Buscou-se, nesses casos, verificar o impacto prático e efetivo de cada AP, a fim de revelar a significância factual do instrumento no meio institucional, político e democrático, em consonância com o objetivo desta pesquisa.

Há de se destacar que as comissões adotam numeração sequencial de reuniões efetivamente realizadas, de acordo com a data de sua ocorrência. Essa numeração inicia-se a cada ano e é cumulativa em relação ao tipo, tema ou finalidade a qual se proponha a reunião. O respeito a essa numeração foi observado neste trabalho, a fim de manter fidedignidade com os documentos oficiais de cada órgão colegiado, além de facilitar a verificação e análise dos dados.

O art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) dispõe que as reuniões de AP são realizadas pelas comissões para “instruir matéria sob sua apreciação” e “tratar de assunto de interesse público relevante”. Esses pressupostos basearam a pesquisa.

Adicionalmente, os seguintes critérios foram utilizados para a seleção dos estudos de caso com mais acuidade: duração mínima de 2 horas de reunião; participação de, no mínimo, três convidados/oradores representando entidades diferentes, entre eles entes governamentais; reunião dedicada à exposição exclusiva de titular(es) ministerial(is), autárquico(s) ou ainda de empresa(s) estatal(is) do governo Executivo. A escolha aleatória foi aplicada depois de agregado o conjunto de reuniões que preenchia esses critérios. As demais reuniões de APs foram quantificadas, não compondo este trabalho os documentos delas produzidos (atas, notas taquigráficas ou resultados), porém todos os dados estão disponíveis na página de cada comissão dentro do sítio do Senado.

A apuração das APs aconteceu por meio da confrontação dos resultados produzidos em cada reunião com as atas, notas taquigráficas e ainda o relatório da presidência, publicação anual das atividades legislativas publicado pela Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal.

Esclarecemos ainda que, diante do caráter público dos dados, não houve necessidade de qualquer autorização prévia para sua coleta.

Cada comissão possui no sítio do Senado na *internet* sua respectiva página, na qual informações, relatórios e demais documentos oficiais de suas atividades são publicados. Toda a extração de informações, dados e documentos ocorreu exclusivamente pela *internet*.

O capítulo seguinte apresenta os resultados e discussões sobre os dados coletados.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 Comentários Gerais

O período pesquisado revelou o total de 3.441 reuniões realizadas nas comissões permanentes do Senado Federal, das quais 1.095 foram APs. Depreende-se média de 861,25 reuniões por ano. Segue a Tabela 3, com o cômputo geral:

Tabela 3 – Reuniões nas comissões permanentes do Senado (2011-2014)

Comissões	2011		2012		2013		2014		Total		
	AP	OR	AP	OR	AP	OR	AP	OR	AP	OR	Ambas
CAE	29	72	25	64	37	85	13	37	104 (28,7%)	258	362
CAS	22	56	17	51	26	66	17	46	82 (27,2%)	219	301
CCJ	8	67	5	49	18	82	14	57	45 (15%)	255	300
CCT	28	59	15	34	21	45	12	30	76 (31,1%)	168	244
CDH	75	99	77	85	54	76	57	77	263 (43,8%)	337	600
CDR	12	36	6	22	18	35	7	19	43 (27,7%)	112	155
CE	37	71	32	62	34	71	20	46	123 (32,9%)	250	373
CI	19	61	14	38	45	70	13	35	91 (30,8%)	204	295
CMA	35	60	30	55	20	47	11	30	96 (33,3%)	192	288
CRA	30	53	14	26	18	40	15	32	77 (33,7%)	151	228
CRE	26	62	23	47	25	56	17	31	91 (31,7%)	196	287
CSF	-	-	-	-	3	3	1	1	4 (50%)	4	8
Total	321	696	258	533	319	676	197	441	1.095 (31,8%)	2.346	3.441

Fonte: elaboração do autor, com dados do Senado.

Nota: AP = audiências públicas; OR = outras reuniões.

A média de APs realizadas por ano foi de 273,75, enquanto a média em relação às demais reuniões foi 587,5, uma diferença de 313,75, mas que demonstra a significância de 32% das APs para o período analisado.

Ao compararmos os anos entre si, o de 2014 foi o que registrou o menor número de reuniões realizadas, 639, enquanto o de 2011 computou o maior número, 1.017. Os anos de 2012 e 2013 acumularam, respectivamente, 791 e 998 reuniões. Com relação ao desempenho inferior, pode ser explicado por ter sido no ano de 2014, cumulativamente, a realização da

Copa do Mundo de Futebol (Copa 2014), sediada em doze capitais, e também a realização eleições para a maioria dos cargos políticos do Executivo e Legislativo, nas esferas federal e estadual.

Entre si, as comissões apresentaram bastante diferença. A CDH foi a que realizou mais reuniões e APs, 600 ao todo, seguida da CE, com 373, e da CAE, com 362. As que apresentaram menores números de reuniões foram a CDR, com 155, seguida pela CSF, com 8. Em relação às APs, a média geral das doze comissões para o período foi de 22,81. As que tiveram desempenho superior à media foram CDH (65,75), CE (30,75), CAE (26), CI e CRE (ambas com 22,75).

Notamos que o levantamento geral das comissões apresentou fenômeno no qual o pico de atividade, somadas as APs e demais tipos de reuniões, ocorreu em 2011, enquanto 2014 registrou menor atividade. Esse fenômeno foi repetido quase em todas as comissões analisadas individualmente.

Como explicado no Capítulo 3, em observância aos critérios delimitados para a escolha dos casos estudados, tivemos como resultado o total de 45 casos escolhidos para análise mais detalhada. A seleção resultou no mapeamento demonstrado no Quadro 1. Destacamos, conforme descrito na metodologia, que a numeração oficial das comissões foi mantida, de tal modo que o ordenamento descrito no quadro a seguir reflete o espelhamento parcial daquilo que consta no anexo.

Quadro 1 – Reuniões escolhidas para análise

2011		2012		2013		2014	
CAE	71 ^a	CAE	48 ^a	CAE	28 ^a	CAE	9 ^a
CAS	32 ^a	CAS	23 ^a	CAS	42 ^a	CAS	17 ^a
CCJ	45 ^a	CCJ	37 ^a	CCJ	51 ^a	CCJ	12 ^a
CCT	24 ^a	CCT	27 ^a	CCT	34 ^a	CCT	6 ^a
CDH	93 ^a	CDH	13 ^a	CDH	64 ^a	CDH	37 ^a
CDR	23 ^a	CDR	6 ^a	CDR	23 ^a	CDR	12 ^a
CE	28 ^a	CE	51 ^a	CE	39 ^a	CE	4 ^a
CI	9 ^a	CI	32 ^a	CI	49 ^a	CI	18 ^a
CMA	44 ^a	CMA	44 ^a	CMA	42 ^a	CMA	18 ^a
CRA	47 ^a	CRA	22 ^a	CRA	20 ^a	CRA	6 ^a
CRE	33 ^a	CRE	30 ^a	CRE	26 ^a	CRE	8 ^a
CSF	N	CSF	N	CSF	4 ^a	CSF	-

Nota = A Comissão Senado do Futuro foi criada apenas em 2013.

Em linhas gerais, percebemos que, dos 45 casos, 15 APs tiveram como objeto específico a análise de proposição legislativa. Dessas, apenas 5 casos (11,1%) repercutiram na conversão de leis, o que em princípio aponta para a falta de correlação direta entre APs com finalidade específica e a aprovação da proposta. Porém, fica evidenciada sua significância como espaço de governança, uma vez que 33,3% dos casos estudados funcionaram como espaço de interlocução dos grupos envolvidos em debates voltados à produção de leis.

Ainda sobre a segmentação das APs, 20 foram realizadas com o intuito de debater assuntos diversos e 10 foram destinadas à arguição de autoridades governamentais. Destacamos que houve coincidência dessas duas finalidades de APs no terceiro estudo de caso da CI (49ª reunião) e no quarto da CRE (8ª reunião).

As análises apresentadas a seguir respeitam o critério de ordenamento do quadro anterior. Ressaltamos o critério alfabético para elencar as comissões.

4.2 Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

A CAE tem a competência de pronunciar-se sobre

“[...] aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida[...]; problemas econômicos do País, política de crédito, câmbio, seguro e transferência de valores, comércio exterior e interestadual, sistema monetário, bancário e de medidas, títulos e garantia dos metais, sistema de poupança, consórcio e sorteio e propaganda comercial; tributos, tarifas, empréstimos compulsórios, finanças públicas, normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico; orçamento, juntas comerciais, conflitos de competência em matéria tributária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dívida pública e fiscalização das instituições financeiras; escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União, e do presidente e diretores do Banco Central; O Senado apreciará pedido de autorização para operações externas, de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios [...];[...] fixar alíquotas máximas do imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos; estabelecer as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação [...]; estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas [...]; fixar alíquotas máximas nas operações internas para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados e do Distrito Federal.” (RISF, arts. 99 e 99-A).

É uma das comissões que mais realizou reuniões no período estudado, 362, das quais 104 foram APs. Seu pico de atividade foi no ano de 2013, com 122 reuniões e 37 APs. Sua média de APs para todo o período foi de 26, a taxa de 28,72%. Consonante com a tendência geral de atividade das comissões, 2014 foi o ano com menor atividade, no qual realizou apenas treze APs ou 26% das demais reuniões, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – Resultados da CAE

Ano	AP	OR	Ambas
2011	29	72	101
2012	25	64	89
2013	37	85	122
2014	13	37	50
Total	104	258	362

Fonte: elaboração do autor.

A descrição das APs da CAE selecionadas, com informações gerais sobre requerentes, temas, participantes e demais detalhes, consta do anexo deste trabalho. Em relação aos casos analisados, segue o Quadro 2.

Quadro 2 – Estudos de caso da CAE

Ano	Nº	Data	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	71 ^a	20/12/2011	Economia	Obrigação legal	Presidente do Bacen – Alexandre Tombini	Autônoma
2012	48 ^a	31/10/2012	Economia e Infraestrutura	Instrução de proposição	Marcos Franco Moreira, Diretor do Departamento de Gestão do Setor Elétrico – Ministério de Minas e Energia (representante do Min. Edison Lobão); Marcos Bragatto, Superintendente de Regulação da Comercialização da Eletricidade – Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel (representante do Sr. Nelson José Hubner Moreira); Nelson Fonseca Leite Presidente – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee; Celso Soares Coordenador-Geral Substituto de Estudos e Monitoramento de Mercado – Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon (representante da Sr ^a Juliana Pereira da Silva); Álvaro Dias Júnior Vice-Presidente Corporativo – Landis Gyr América do Sul.	CAE e CI
2013	28 ^a	03/06/2013	Economia	Instrução de proposição	Bruno Sobral de Carvalho Diretor de Desenvolvimento Setorial – Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Carlos Vital Tavares Corrêa Lima Vice-Presidente - Conselho Federal de Medicina – CFM (representante de: Roberto Luiz d'Ávila); Kenys Menezes Machado Coordenador Geral de Análise Antitruste 2 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade; Daniel Coudry Diretor Executivo - Associação Nacional de Hospitais Privados - ANAHP	CAE
2014	9 ^a	27/03/2014	Desenv. e Competitividade	Prest. de contas governamental	Roberto Azevedo Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio – OMC	Conjunta: CAE, CRA e CRE

Fonte: elaboração do autor.

A AP de 2011 tratou de discutir os “fundamentos e a forma de execução da política monetária, em atendimento à resolução do Senado Federal nº 32, de 2007”, na qual estipula que a CAE deverá promover APs “regulares com o presidente do Banco Central do Brasil (Bacen) para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária” (RISF). Por se tratar de uma obrigação legal, não houve requerimento de titular de membro do colegiado convocando a reunião, bastando para todos os efeitos o agendamento prévio entre o presidente da comissão e o orador convidado. Ao consultarmos o banco de notícia do Senado para a época, não foi apresentada notícia relacionada a essa AP com maior repercussão.

A 48ª reunião de 2012 tratou do tema da gratuidade de energia elétrica para os consumidores de baixa renda em relação aos primeiros 50kWh mensais de consumo. Foi solicitada através de requerimentos propostos pelos senadores Cyro Miranda, Gim Argello e Romero Jucá, membros da CAE e CI, para que essa AP fosse realizada conjuntamente, a fim de instruir previamente o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 365, de 2009, de autoria do senador Gim Argello, como meio de dar subsídios ao relator da matéria, senador Romero Jucá, sobre a viabilidade de implementar um sistema de pré-pagamento de energia elétrica no país. À época da aprovação dos requerimentos, foram convidadas as seguintes pessoas: Edison Lobão, Ministro de Minas e Energia; Nelson José Hubner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee; Juliana Pereira da Silva, Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor; Jorge Queiroz de Moraes Júnior, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede; Álvaro Dias Júnior, Vice-Presidente Corporativo da Empresa Landis Gyr América do Sul.

É de se notar que o primeiro requerimento aprovado para tratar dessa AP ocorreu em 08/11/2011 na CAE (RQE 80/2011) e o segundo na CI em 29/08/2012 (RQI 36/2012). Portanto, entre a aprovação do primeiro requerimento à realização, transcorreram-se onze meses. Outro fato é de que, dos seis convidados originalmente, apenas cinco pessoas participaram da reunião, sendo que o Ministério de Minas e Energia (MME), a Aneel e a diretora do departamento de proteção e defesa do consumidor enviaram representantes.

O senador Romero Jucá foi designado relator da matéria em 14/09/2011. Por força dos requerimentos de AP conjunta, ele devolveu a matéria à secretaria da CAE em 01/12/2011. A proposição apenas retornou à sua posse em 06/11/2012 e assim permaneceu até o dia 17/12/2014, quando a secretaria da CAE a requereu novamente, em virtude da

aproximação do fim da legislatura. Como não houve apresentação de relatório, aprovação de parecer ou solicitação contrária, a matéria foi arquivada definitivamente em 18/03/2015.

Em 03/06/2013, foi realizada a 28ª reunião da CAE, cuja AP tratou da instrução do PLS nº 259, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que versava sobre a permissão e participação de empresas de capital estrangeiro na assistência à saúde. Foram aprovados dois requerimentos no âmbito da CAE de autoria dos senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa – RQE 29/2013, de 21/05/2013, e RQE 32/2013, de 28/05/2013.

A AP foi realizada apenas no âmbito da CAE, mas houve possibilidade de ser realizada conjuntamente na CAS. Por ser necessária a aprovação de requerimentos de mesmo teor em todas aquelas comissões que forem ser realizadas a AP, essa iniciativa não foi levada à frente. O despacho inicial do PLS previa tramitação apenas à CAE e CAS. Posteriormente, foram adicionados despachos para que o processo fosse instruído também pela CCJ e CRE.

Diferentemente da AP analisada anteriormente, não houve tanto tempo de espera entre a aprovação dos requerimentos e sua realização – apenas treze dias –, mas se guarda semelhança quanto à participação dos convidados: nos requerimentos aprovados, apenas os nomes de Francisco Roberto Balestrin, representante da Associação Nacional de Hospitais Privados, e Gonzalo Vecina Neto, superintendente do Hospital Sírio Libanês, foram elencados. Os demais não foram nomeados, o que demonstra que o interesse era, de fato, fazer o controle de acompanhamento interinstitucional de governança. As seguintes entidades foram convidadas: Ministério da Saúde (MS); Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Conselho Federal de Medicina (CFM); Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Conselho Nacional de Saúde (CNS); e um representante dos hospitais filantrópicos. Apenas seis entidades participaram da reunião: ANS, CFM, Cade, ANAHP, MS e CNS.

É praxe institucional a guarda da proposição pela comissão quando a AP tratar de instrução legislativa. Por esse motivo, a matéria ficou com a CAE de 04/06/2013 a 07/06/2013, sendo devolvida pelo relator, senador Vital do Rêgo, no dia 29/05/2014, mas ele apenas apresentou o relatório formalmente no dia 13/11/2014. Em 09/12/2014, foi aprovado o parecer recomendando a aprovação do PLS nº 259, de 2009. Em virtude de o senador Vital do Rêgo não estar presente, o senador Valdir Raupp foi designado para substituí-lo e, portanto, assumir a relatoria, situação descrita como *ad hoc*. No mesmo dia, a proposição foi enviada à CCJ, que, por sua vez, designou o mesmo senador Valdir Raupp, já no dia 10/12/2014, como relator. Ainda no dia 10, havia reunião deliberativa agendada na qual foi adicionada à pauta a

proposição, cujo relatório de pronto foi apresentado e lido, porém não votado devido ao colegiado ter requerido vista, ou seja, a consulta do relatório.

De modo semelhante à proposição instruída pela AP realizada em 2012, houve arquivamento em 26/12/2014, devido o término da legislatura. Porém, o autor da proposição, entre outros senadores, requereram seu desarquivamento em 10/03/2015. O processo regressa à CCJ em 11/03/2015, por já haver parecer aprovado na CAE. Em 02/09/2015, é aprovado voto pela prejudicialidade na CCJ e encaminhado à CRE. Destaca-se que, diferentemente do que ocorreu na CAE, embora o relator tenha sido o mesmo senador na CCJ, após o desarquivamento, apresentou novo relatório instruindo pela prejudicialidade da matéria, em virtude de haver outra proposição mais pertinente em vigor. No dia 03/09/2014, a CRE designou o senador Raimundo Lira como relator.

Como esta proposição ainda está em trâmite, até a presente data não houve recursos disponibilizados no sítio do colegiado que permitissem a finalização do rastreamento do processo.

Em 2014, a CAE realizou sua 9ª reunião em conjunto com a CRA e CRE. Os requerimentos que motivaram essa reunião foram os RQE 85/2013, RQE 13/2014, RRE 114/2013, RRE 12/2014, RQE 16/2014, RRA 6/2014. Figuram entre seus autores os senadores Ana Amélia, Luiz Henrique e Waldemir Moka.

O primeiro requerimento aprovado para essa AP foi o RQE 85/2013, em 18/02/2014, com o intuito de detalhar os avanços obtidos pela Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Bali, Indonésia, em dezembro de 2013. Percebe-se com isso a tendência a corrigir uma falha informacional entre órgãos de governança (LE MOS, 2007). Especificamente, tratou de compreender melhor os avanços nas negociações e debates iniciados em 2001 – a chamada Rodada de Doha –, como ficou conhecida a série de acordos para dar mais agilidade ao comércio global. Para tanto, foi convidado o Diretor-Geral da OMC, Roberto Azevedo.

Subjacente à justificação dos requerimentos, estava em perspectiva a disciplina do comércio multilateral global após a eliminação dos subsídios agrícolas de países desenvolvidos. À época, havia o cenário econômico de exportação de produtos agrícolas abalado com a decisão dos Estados Unidos da América (EUA) de subsidiarem produtores locais de determinados insumos agrícolas, como a laranja e o algodão, o que teve impactos significativos no comércio brasileiro de exportação. O convidado restringiu-se a defender que, em linhas gerais,

“Todos os membros da OMC reconhecem que o sistema multilateral é único, permite ganhos em escala global, e que a OMC é um instrumento chave para a governança econômica mundial. Precisamos imprimir velocidade ao processo de atualização das regras”.²

Percebemos na CAE, portanto, evidências da utilização das APs como instrumentos de *accountability horizontal* (LEMOS, 2007; O'DONNELL, 1998), onde a comissão utilizou o recurso para confrontar titulares de outras instâncias, consultar organizações da sociedade, instruir proposições, além de buscar compatibilizar informações sobre o andamento do governo nos temas em foco.

4.3 Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

A competência da CAS é de pronunciar-se, essencialmente, sobre as

“[...] relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena e assistência social; proteção e defesa da saúde, condições e requisitos para remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa, tratamento e coleta de sangue humano e seus derivados, produção, controle e fiscalização de medicamentos, saneamento, inspeção e fiscalização de alimentos e competência do Sistema Único de Saúde.” (RISF, art. 100).

Em relação às reuniões realizadas, esse órgão colegiado fica logo atrás da CAE, com 301 ao todo e 82 AP no período. De forma semelhante à CAE, a CAS teve seu pico de atividade no ano de 2013, com o total de 100 reuniões e 18 APs. Sua média anual de APs foi de 20,5. Esta comissão contrariou as demais em relação à variação anual da dinâmica 2011-2014. Em relação as APs, 2012 e 2014 registraram o mesmo número, 17, ou 20,73% de todas APs do período. A Tabela 5 e o Quadro 3 mostram, respectivamente, os dados gerais dessa comissão e as reuniões selecionadas para estudo.

² Essas informações foram embasadas pelo banco de notícias do Senado.

Tabela 5 – Resultados da CAS

Ano	AP	OR	Ambas
2011	22	56	78
2012	17	51	68
2013	26	66	92
2014	17	46	63
Total	82	219	301

Fonte: elaboração do autor.

Quadro 3 – Estudos de caso da CAS

Ano	Nº	Data	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	32ª	20/09/2011	Equidade e Economia	Erradicação da Pobreza	Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello – MDS; Ana Fonseca, Secretária Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza	Conjunta: CAS e CAE
2012	23ª	24/05/2012	Equidade de Gênero	Instrução de proposição	Heloísa Bedicks, Superintendente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; Alexandre Di Miceli, Pesquisador da Universidade de São Paulo – USP; Carlos Alberto Rebello, Diretor de Regulação de Emissores – BM&F Bovespa	Autônoma
2013	42ª	10/09/2013	Atividade de Aeronauta	Instrução de proposição	Marcelo Ceriotti, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas; Wolner Aguiar, Representante do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo (representante de Fernando Alberto dos Santos); Rafael Lara Martins, Presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho; Odilon Junqueira, Consultor de Recursos Humanos do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; Amaury Montandon, Comandante; Paulo Rogério Licati, Especialista em gerenciamento de risco de fadiga humana	Autônoma
2014	17ª	24/04/2011	Exame da OAB	Legislação Trabalhista	Carlos Otávio Schneider, Presidente Nacional da Associação Nacional dos Bacharéis em Direito; Reynaldo Arantes, Presidente Nacional da Organização dos Acadêmicos e Bacharéis do Brasil; Rubens Teixeira da Silva, Professor da Instituição Universitária da Faculdade Evangélica das Assembleias de Deus – Faecad; Willyan Johnes, Presidente Nacional da Ordem dos Bacharéis do Brasil; Lúcio Flavio Gonzaga Silva, Conselheiro Federal de Medicina; Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, Diretora de Regulação da Educação Superior do Ministério da Educação; Cláudio Pereira de Souza Neto, Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.	Autônoma

Fonte: elaboração do autor.

O objetivo do caso de 2011 foi de analisar as diretrizes da Presidente da República sobre as iniciativas de erradicação da pobreza absoluta e de promoção da igualdade como garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade. Requerida através do RAS 1/2011 e do RQE 3/2011, o principal requerente foi o senador Eduardo Suplicy,

conjuntamente com mais outros treze parlamentares. A AP conjunta foi solicitada para ocorrer com a CAE. É de se destacar que uma das agendas próprias do senador Eduardo Suplicy era a erradicação da pobreza, por meio da implantação de seu PLS nº 266, de 2001, que previa a garantia de uma renda mínima a todo brasileiro e estrangeiro que vivesse no país há pelo menos cinco anos. Segundo ele, a transferência de renda é mais efetiva no combate à desigualdade quando há uma renda universal, e não uma renda apenas para os mais necessitados. O texto do projeto foi aprovado pelo Congresso e sancionado em 2004, mas nunca chegou a ser executado pelo governo.

A realização dessa AP ocorreu em dois momentos, em razão da inviabilidade imposta pelo número de convidados, vinte ao todo. No dia 20/09/2011 ocorreu a primeira delas, com a presença de apenas duas convidadas dos órgãos do governo federal, a ministra Tereza Campello do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Secretária Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza, Ana Fonseca, deixando de comparecer: Antonio Palocci, Ministro-Chefe da Casa Civil; Guido Mantega, Ministro da Fazenda (MF); Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego (MTE); Garibaldi Alves Filho, Ministro da Previdência Social (MPS); Afonso Bandeira Florence, Ministro de Desenvolvimento Agrário (MDA); Gilberto Carvalho, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária; Marcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e José Augusto Guarnieri Pereira, Prefeito de Santo Antonio do Pinhal-SP.

A segunda AP ocorreu dia 24/05/2012, com a presença do superintendente de governança corporativa do governo federal, pesquisador e diretor do BM&F Bovespa, com o objetivo subsidiar o debate do PLS nº 112, de 2010, cujo escopo é estabelecer o percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Essa proposição chegou a ser considerada votada preliminarmente pela CAE e aguarda deliberação do plenário da CAS. Sua relatora é a senadora Maria do Carmo Alves.

O terceiro caso diz respeito à instrução do PLS nº 434, de 2011, que trata da alteração da jornada de trabalho do aeronauta. A AP aconteceu em 10/09/2013 e, pelas notas taquigráficas, percebe-se que a participação das entidades sindicais e do direito do trabalho presentes acabaram por auxiliar na formação de um consenso sobre o projeto. Em 24/11/2014,

o PLS foi dado como definitivamente aprovado pela CAS e encaminhado à Câmara dos Deputados, onde se encontra em tramitação até esta data.

Finalmente, o caso de 2014 não tevenexo direto com qualquer outra proposição a não ser o requerimento que a originou – RAS 70/2013. Buscou dar elementos sobre o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Além de representantes de entidades ligados ao direito, a AP contou ainda com representantes do MEC e do Conselho Federal de Medicina.

Com os estudos de caso da CAS notamos que as APs serviram, sobretudo, para confrontar as agendas de governo sobre políticas públicas, mesmo em situações que o Legislativo assume o protagonismo de inquirir sobre aquilo que contrarie o proposto pelo Executivo.

4.4 Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

Esta é a comissão à qual, de modo geral, cabe:

“[...] opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário.” (RISF, art. 101).

Além dessas competências, é tarefa desse órgão colegiado a análise prévia de matérias como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e a sabatina de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Procurador-Geral da República e outras autoridades. Ressaltamos neste trecho o que já foi apontado por Lemos (2007) sobre como são prerrogativa do Senado as sabinas de autoridades a serem nomeadas. As sessões públicas de sabinas dão espaço para o ativismo de grupos de interesse, exceto nos casos de escolha de embaixadores, onde a votação é secreta segundo preceitos constitucionais, muito embora as sessões possam vir a ser públicas, dependendo da liberalidade do presidente da CRE e o consentimento do colegiado.

Em relação aos índices gerais, o ano de 2013 foi o de maior atividade dessa comissão, o que a compara ao patamar da CAE e da CI em relação a esse fenômeno. A Tabela 6 traz os números de audiências públicas e outras reuniões ocorridas nesta comissão no período estudado.

Tabela 6 – Resultados da CCJ

Ano	AP	OR	Ambas
2011	8	67	75
2012	5	49	54
2013	18	82	100
2014	14	57	71
Total	45	255	300

Fonte: elaboração do autor.

Quadro 2 – Estudos de caso da CCJ

Ano	Nº	Data	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	45 ^a	13/09/2011	Legislação e Meio Ambiente	Instrução de proposição	Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Nelson Jobim, Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF); Paulo Affonso Leme Machado, Professor e Pós-Doutor pela Universidade de Limoges (França); Mário José Gisi, Subprocurador-Geral da República do Ministério Público Federal (MPF); Cristina Godoy de Araújo Freitas, Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MP/SP).	Conjunta: CCJ, CMA, CRA e CCT
2012	37 ^a	30/08/2012	Legislação Servidores	Instrução de proposição	William Douglas, Magistrado e Membro - Conselho Editorial Impetus (RJ); Augusto Bello de Souza Neto, Presidente - Andacon. Vicente Paulo, Empresário; Alexandre Ribeiro Motta, Esaf, e Ricardo Carmona, Cespe.	Autônoma
2013	51 ^a	10/09/2013	Políticas Antidrogas	Instrução de proposição	Vitore André Zilio Maximiano, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas – Senad do Ministério da Justiça; Deputado Osmar Terra, Deputado Federal (representante de: Deputado Givaldo Carimbão); Marcus Vinicius de Oliveira, Representante do Conselho Federal de Psicologia; Pe. Haroldo J. Rahm, Presidente da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas; Alice de Marchi Pereira de Souza, Representante da Rede Justiça Criminal; Dartiu Xavier da Silveira; Professor da Universidade Federal de São Paulo; Cloves Benevides, Coordenador do Fórum Brasileiro de Gestores de Políticas sobre Drogas; Miriam Abou-yd, Representante da Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial; Aloísio Andrade, Coordenador Geral do Colegiado de Conselhos Estaduais de Políticas Sobre Drogas; Cristiano Maronna, Advogado e Representante da Rede Pense Livre, e Célio Luiz Barbosa, Presidente da Confederação Nacional das Comunidades Terapêuticas.	Autônoma
2014	12 ^a	08/04/2014	Legislação Servidores	Instrução de proposição	Deputado Manoel Alves da Silva Júnior, Deputado Federal, Representante da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados; Wagner Ferreira, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados; Cleo De Oliveira Vieira, Coordenador-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, e João Batista Moraes Vieira, Coordenador-Executivo da Federação Nacional do Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União.	Autônoma

Fonte: elaboração do autor.

Em relação aos estudos de caso, essa foi a única onde todos apresentaram relação direta com uma proposição legislativa.

O caso de 2011, a 45ª reunião realizada em 13/09/2011, buscou debater o PLC nº 30, 2011, em uma AP conjunta com a CMA, CRA e CCT, que tratou da proposta da Nova Lei Florestal que, aprovada, veio a se consolidar na Lei nº 12.651, de 2012.

A 37ª reunião, caso de 2012, buscou orientar o PLS nº 74, de 2010, a proposta da chamada Lei Geral dos Concursos. Durante a AP, representantes de editoras, cursos preparatórios, autores livres e bancas examinadoras estiveram presentes. Esse PLS foi analisado apenas pela CCJ. Foi aprovado em 12/07/2013, seguiu à Câmara dos Deputados e lá permanece tramitando.

O terceiro caso tratou do PLC nº 37, de 2013. Esse projeto busca, entre outros aspectos, estabelecer o sistema nacional de políticas públicas de combate ao uso abusivo de drogas, as condições de atenção aos usuários ou dependentes, e também trata do financiamento das políticas inerentes a esse tema.

A AP aconteceu em 10/09/2013, com a presença de onze convidados, entre eles representantes ligados ao Ministério da Justiça (MJ), ao Conselho Federal de Psicologia e a donos de centros de reabilitação, bem como professores especialistas no tema. A proposta foi aprovada pela CCJ em 29/10/2014, com parecer do relator senador Antonio Carlos Valadares. No Senado, esse projeto ainda tem de passar pela CE, CAE, CAS e CDH. Atualmente, sua tramitação foi interrompida na CE, onde aguarda a anexação do PLS nº 304, de 2011, por ser matéria correlata.

O quarto caso buscou instruir a PEC 59, de 2013, que trata do Estatuto dos Servidores do Judiciário. A AP foi realizada em 08/04/2014. Havia convidados ligados a federações de servidores do Judiciário, sendo dois ligados aos servidores estaduais e outros dois aos servidores do Ministério Público da União. A PEC ainda está na CCJ, aguardando designação de novo relator.

Percebemos que a CCJ foi a comissão mais parcimoniosa com relação ao uso das APs, não com relação à quantidade, mas dado ao fato de terem sido realizadas muitas dedicadas à discussão de proposições em trâmite no Senado, promovendo o debate e a negociação de diferentes atores no processo legislativo.

4.5 Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)

Cabe a CCT pronunciar-se sobre toda matéria pertinente a:

“[...] desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica; política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática; organização institucional do setor; acordos de cooperação e inovação com outros países e organismos internacionais na área; propriedade intelectual; criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia; comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; regulamentação, controle e questões éticas referentes a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inovação tecnológica, comunicação e informática.” (RISF, 104-C).

Em relação à sua atividade, foi semelhante à tendência geral aos anos de 2011 e 2014: 28 APs realizadas em 2011 das 87 reuniões ocorridas; em 2014, 12 APs das 42 reuniões, como mostra a Tabela 7.

Tabela 7 – Resultados da CCT

Ano	AP	OR	Ambas
2011	28	59	87
2012	15	34	49
2013	21	45	66
2014	12	30	42
Total	76	168	244

Fonte: elaboração do autor.

Sobre os casos, como consta do Quadro 5, o primeiro deles tratou de uma AP debater propostas relativas ao Código Florestal Brasileiro, Lei 4.771/1965. O conteúdo da AP realizada em 06/07/2011 sugere-nos ter embasado a Lei nº 12.651/2012 (Nova Lei Florestal) e a Lei nº 12.717/2012, que a alterou a partir de uma medida provisória (MPV nº 571/2012).

Quadro 5 – Estudos de caso da CCT

Ano	Nº	Data	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	24ª	06/07/2011	Legislação e Meio Ambiente	Análise de legislação em vigor	Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; João de Deus Medeiros, Diretor do Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Roberto Lorena, Coordenador de Acompanhamento de Promoção de Tecnologia Agropecuária da Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; Helena Bonciani Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Elibio Leopoldo Rech Filho, Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências – ABC; Marcio Pochmann Presidente do Ipea.	Autônoma
2012	27ª	08/11/2012	Infraestrutura e Telecomunicação	Instrução de proposição	Artur Coimbra, Diretor do Departamento de Banda Larga – Ministério das Comunicações – MiniCom; Antonio Carlos Valente da Silva, Presidente da Telebrasil; Érica Diogo Castilho, Coordenadora Geral de Bens Imóveis do Iphan; José Mauro de Lima, Consultor Jurídico do MMA; Bruno de Carvalho Ramos, Superintendente de Serviços Privados - Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Letícia Miguel Teixeira, Gerente de Projetos Substituta da Diretoria de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano, Ministério das Cidades	Conjunta: CCT, CDR, CAS e CMA
2013	34ª	24/09/2013	Telecomunicação	Fiscalização de serviços	Roberto Pinto Martins, Superintendente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações; Marcelo Barros da Cunha, Secretário da Secretaria de Fiscalização e Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações do Tribunal de Contas da União; Danilo Doneda, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor; Antonio Carlos Fonseca da Silva, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara (Consumidor e Ordem Econômica) do Ministério Público Federal, e Eduardo Levy, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações.	Autônoma
2014	6ª	10/04/2014	Regulação da internet	Instrução de proposição	Márcio Lopes de Freitas Filho, Assessor Especial do Ministério da Justiça; Beatriz Barbosa, Representante do Intervezoes - Coletivo Brasil de Comunicação Social; Carlos Affonso Souza, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade; Leonardo Palhares, Vice-Presidente de Estratégia da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico; Marcos Leôncio Sousa Ribeiro, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal.	Conjunta: CCJ, CMA e CCT

Fonte: elaboração do autor.

O segundo caso diz respeito a uma AP conjunta realizada com a CDR, CAS e CMA para discutir o PLS nº 293, de 2012, a proposta da chamada “Lei Geral das Antenas”. No dia 08/11/2012, ocorreu essa AP com o intuito de discutir normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de estruturas telecomunicações nas cidades.

A proposta foi aprovada na comissão em 19/12/2012 e, em 13/02/2013, enviada à Câmara dos Deputados, onde retornou na forma do substitutivo da Câmara (SCD) nº 293, de 2012, aprovado na comissão em 11/11/2014 e incorporado ao SCD nº 4, de 2014, que não tramitou nas comissões, sendo apreciado apenas no plenário, foi aprovado em 25/03/2015 e transformado na Lei nº 13.116, de 2015.

A 34ª reunião realizada em 24/09/2013 teve como objetivo discorrer sobre os investimentos e a qualidade dos serviços de telecomunicações. Embora não haja relação direta, essa AP se coaduna ao quarto estudo de caso da CMA, por ter foco nos grandes eventos a acontecer no país, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

O quarto caso foi a AP de instrução ao PLC nº 21, de 2014, de autoria da Presidente da República, que instituiu o Marco Civil da *Internet* no país. Essa AP foi realizada de maneira conjunta com a CMA e a CCJ, por meio dos requerimentos RMA 31/2014, RCT 5/2014 e RQJ 15/2014. Dos estudos de caso, este é o que mais representa quão célere é a tramitação de uma matéria que faça parte da agenda do Executivo. Após a realização da AP, em 10/04/2014, no dia 22 do mesmo mês, ou doze dias depois, a série de votações foi finalizada nas comissões e no plenário, sendo o PLS aprovado e sancionado na forma da Lei nº 12.965, de 2014, sem vetos.

Nessa comissão destaca-se novamente o fato da agenda do Executivo superar a do Legislativo. Aqui o viés foi a celeridade entre a apresentação de uma proposta até sua aprovação.

4.6 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

A CDH deve opinar sobre:

“[...] sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional; pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades [...]; garantia e promoção dos direitos humanos; direitos da mulher; proteção à família; proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências e de proteção à infância, à juventude e aos

idosos; fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas aos direitos humanos, aos direitos da mulher, aos direitos das minorias sociais ou étnicas, aos direitos dos estrangeiros, à proteção e integração das pessoas portadoras de deficiência e à proteção à infância, à juventude e aos idosos.”(RISF, 102-E).

Entre as comissões, a CDH é a única que, regimentalmente, havendo sugestões legislativas e se pronunciando favoravelmente a elas por meio de parecer, transforma-as em proposição de sua autoria e encaminha à Mesa do Senado para tramitação normal.

Nenhum dos estudos selecionadas na forma descrita no Capítulo 3 tratou de AP que tenha sido originada de entidades da sociedade civil. Mas pode-se afirmar que essa comissão se destaca por sua atividade nessa linha. De longe, foi a comissão que apresentou, respectivamente os maiores números de reuniões e APs: 600 e 263, respectivamente.

Ela representa uma comissão *sui generis*, pois, mesmo repetindo a tendência geral em termos da dinâmica 2011-2014, as reuniões do ano de 2014 foram desproporcionalmente superiores às demais comissões. Em 2013, ano de menor atividade da CDH, ela registrou uma média 1,03 AP por semana, enquanto que a soma das demais comissões atingem a média de 5,09.

A Tabela 8 sintetiza os dados sobre essa comissão.

Tabela 8 – Resultados da CDH

Ano	AP	OR	Ambas
2011	75	99	174
2012	77	85	162
2013	54	76	130
2014	57	77	134
Total	263	337	600

Fonte: elaboração do autor.

Os casos estão descritos no Quadro 6.

Quadro 6 – Estudos de caso da CDH

Ano	Nº	Data	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	93ª	28/11/2011	Combate ao <i>Bullying</i>	Debate sobre problema social	Major Policial Militar Lobato, Representante da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal; Augusto Pedra, Psicólogo especialista em <i>Bullying</i> escolar; Amábile Pácios, Professora Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares – Fenep; Sérgio Harfouche, Promotor de Justiça – Mato Grosso do Sul; Rosângela Gonzaga – Ministério Público – em substituição ao Vereador de Campo Grande, MS, Paulo Coimbra; Rivane Melo, Presidente do Ceneobes; Simone Maraninchi Leite Lima – Representante da Secretaria de Educação de Pelotas – RS	Autônoma
2012	13ª	26/03/2012	Equidade e Políticas Públicas	Debate sobre políticas de governo	Frei David Santos, Diretor Executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes - Educafro; Mário Lisbôa Theodoro, Secretário/Executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir; Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo, Diretor de Engenharia, Ciências Exatas, Humanas e Sociais, em substituição ao Senhor Glaucius Oliva, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ); José Vicente, Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares; Ivair Augusto Alves dos Santos, Coordenador do Centro de Convivência Negra da UnB; e Jorge Almeida Guimarães, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.	Autônoma
2013	64ª	21/11/2013	Direitos Humanos e Extração Mineral	Debate sobre problema social	Cristiane Faustino, Relatora da Plataforma Dhesca pelo direito ao Meio Ambiente; Eugenio Pio Costa, Coordenador Geral de Transportes, Mineração e Obras Civas do Ibama; Guilherme Zagallo, Representante da Sociedade Civil do Maranhão; Justo Evangelista Conceição, Representante das Comunidades Quilombolas do Maranhão; Edson Farias Mello, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério de Minas e Energia	Autônoma
2014	37ª	02/06/2014	Legalização da Maconha	Instrução de proposição	Julio Heriberto Calzada Mazzei, Secretário-Geral da Secretaria Nacional de Drogas da República Oriental do Uruguai; Rafael Franzini Batle, Representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, e Márcia Loureiro, Coordenadora Geral da Coordenação Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores.	Autônoma

Fonte: elaboração do autor.

Sobre os três primeiros casos, reuniões 93ª, 13ª e 64ª, registramos que foram semelhantes, pois, embora tenham tratado de temas candentes à sociedade – *bullying*, equidade de raça no programa ciência sem fronteiras e violações de direitos no processo de extração mineral no estado do Pará, respectivamente –, não verificamos nenhum impacto direto em outra matéria legislativa em trâmite. De toda forma, é importante compreender que o controle horizontal realizado pelo Congresso Nacional, de acompanhamento das políticas

públicas, não envolve necessariamente produção de novas leis (LEMOS, 2007; O'DONNELL, 1998).

Já o quarto caso, AP realizada em 02/06/2014, tratou de discutir o tema uso recreativo, medicinal e industrial da maconha. Essa matéria foi acolhida através do portal de E-cidadania no sítio do Senado Federal. Um cidadão apresentou a sugestão que foi acatada e autuada como Sugestão nº 8, de 2014, pela Mesa e encaminhada à CDH. Chegando à Comissão, seu relator foi o senador Cristovam Buarque que, no dia 02/09/2015, aprovou parecer recomendando a criação de subcomissão temporária da CDH para analisar o tema.

O número elevado de reuniões dessa comissão pode ser compreendido como sendo um espaço de exposição a assuntos mais diversos e abrangentes da sociedade, havendo na sucessão dos presidentes do órgão colegiado a manutenção dessa tradição.

4.7 Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)

A CDR deve manifestar-se sobre

“[...] proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios; planos regionais de desenvolvimento econômico e social; programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional; integração regional; agências e organismos de desenvolvimento regional; proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo; políticas relativas ao turismo [...]” (RISF, art. 104-A).

Os dados desta comissão, sintetizados na Tabela 9, indicam como sendo a de menor atividade em relação ao número de reuniões realizadas e APs para todo o período, entre as demais. O Quadro 7 descreve os casos estudados.

Tabela 9 – Resultados da CDR

Ano	AP	OR	Ambas
2011	12	36	48
2012	6	22	28
2013	18	35	53
2014	7	19	26
Total	43	112	155

Fonte: elaboração do autor.

Quadro 7 – Estudos de caso da CDR

Ano	Nº	Data	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	23ª	31/08/2011	Energia e Minerais	Repartição de Royalties	Sérgio Cabral, Governador do Estado do Rio de Janeiro, Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo, Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo e do Eduardo Campos, Governador do Estado de Pernambuco	Conjunta: CDR, CAE e CI
2012	6ª	10/04/2012	Direitos do Consumidor	Debate sobre problema social	Marcos Jorge Matusevicius, Assessor do Conselho Nacional de Praticagem – Conapra; Paulo Biancardi Coury, Gerente/Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; Leonardo de Souza Carauta de Fonseca, Assessor da Área de Turismo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Ricardo Amaral, Presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos – Abramar; Amaury Martins, Diretor Substituto do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC/MJ; Ricardo Martini Moesch, Diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo; Capitão-de-Mar-e-Guerra, Mauro Guimarães Carvalho Leme Filho, Superintendente da Segurança do Tráfego Aquaviário do Comando da Marinha do Brasil.	Autônoma
2013	23ª	18/09/2013	Legislação Turística e Direito do Consumidor	Instrução de proposição	Ana Cândido Muniz Cipriano, Coordenadora-Geral de Consumo e Cidadania; Enrico Fermi Torquato Fontes, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, e Alexandre Sampaio, Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação.	Autônoma
2014	12ª	05/11/2014	Turismo Nacional	Debate sobre programas de governo	Neusvaldo Ferreira Lima, Secretário Nacional de Programas do Ministério do Turismo – MTur; Jun Alex Yamamoto, Diretor de Programas do Ministério do Turismo – MTur; José Osório Naves, Diretor para Assuntos Políticos Institucionais da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; Alexandre Sampaio de Abreu, Diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; João de Souza Ávila, Diretor de Relações Governamentais da Associação Brasileira de Agências de Viagem – Abav.	Autônoma

Fonte: elaboração do autor.

A análise dos casos desta comissão aponta que, embora seja a CDR seja meritória em relação ao seu escopo, as APs estudadas tiveram baixa repercussão no Parlamento, à exceção do primeiro caso. Ele tratou de uma série de discussões realizadas no Congresso sobre a divisão dos *royalties* do petróleo e teve na AP, conjunta com a CAE e a CI, realizada em 31/08/2011, a presença de governadores dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Pernambuco.

O segundo caso teve como foco a relação consumerista da população em relação aos cruzeiros marítimos. Essa AP foi realizada com a presença de convidados, entre eles representantes de diversas entidades do *trade* turístico, mas nenhuma específica de algum órgão ligado à defesa do consumidor, o que é uma falha em termos da perspectiva do *accountability* horizontal (O'DONNELL, 1998) e do controle social.

O terceiro caso tratou do PLS nº 43, de 2013, a chamada Lei Geral do Turismo. Essa AP aconteceu com a presença de associações e federações ligadas ao empresariado turístico, porém o PLS em tele teve seu mérito rejeitado na CDR, em votação do dia 1º/07/2015. Alguns dos motivos justificados para essa rejeição foram a interferência na liberdade contratual das partes que seria imposta pela proposta, com consequências financeiras para o setor hoteleiro, que repassaria os custos nos preços de estadia. Além disso, no corpo da proposição estava uma série de exigências legais e financeiras que, na leitura feita então, levariam a uma preferência do turismo internacional em desfavor ao doméstico, como consequência da elevação dos preços.

O último caso tratou da estruturação dos destinos turísticos brasileiros, pensado sob a ótica do legado da Copa de 2014. Dos entes do Executivo a participar dessa AP, apenas o Ministério do Turismo foi representado, no mais, associações e confederações ligadas ao empresariado turístico se fizeram presentes.

4.8 Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)

A CE é a comissão que deve opinar sobre:

“[...] normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional e salário-educação; diversão e espetáculos públicos, criações artísticas, datas comemorativas e homenagens cívicas; formação e aperfeiçoamento de recursos humanos [...]” (RISF, art., 102).

Em relação ao cômputo geral de AP e reuniões, é a comissão que acumula o segundo maior número de reuniões: 123 APs e 250 reuniões, como mostrado na Tabela 10.

Tabela 10 – Resultados da CE

Ano	AP	OR	Ambas
2011	37	71	108
2012	32	62	94
2013	34	71	105
2014	20	46	66
Total	123	250	373

Fonte: elaboração do autor.

Entre os seus estudos de caso, percebemos bastante transitoriedade nos temas, como pode ser visto no Quadro 8.

Quadro 8 – Estudos de caso da CE

Ano	Nº	Data	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	28 ^a	16/06/2011	Telecomunicação	Instrução de proposição	Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – Ancine; João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra; Luciana Ferri Sobrosa de Mello, Diretora Jurídica da Home Box Office – HBO; Marcos Alberto Sant’anna Bitelli, Representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA; Francisco Mistrorigo, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV; Ara Apkar Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Evandro Guimarães, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert – Organizações Globo; Daniel Pimentel Slaviero, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert – SBT; Marcio Novaes, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert – Record; José Francisco de Araujo Lima Neto, Vice-Presidente Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – Abta; Eduardo Levy Cardoso Moreira, Representante da Associação Brasileira de Telecomunicações – Telebrasil.	Conjunta: CE, CAE, CCJ, CMA e CCT
2012	51 ^a	21/11/2012	Educação Básica Federalizada	Debate sobre problema social	Senhor João Batista Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto; a Senhora Guiomar Namó de Mello, Educadora e o Senhor Fernando Abrúcio, Cientista Político.	Autônoma
2013	39 ^a	14/08/2013	Educação e Sistema Educacional	Debate sobre problema social	Herman Jacobus Cornelis, Secretário de Educação do Estado de São Paulo; Vitor Henrique Paro, Professor Titular e Pesquisador em Gestão Escolar da Universidade de São Paulo; Priscila Fonseca da Cruz, Diretora Executiva do Movimento Todos Pela Educação, e Yvelise Arco Verde, Diretora de Apoio à Gestão Educacional	Autônoma

					– Secretaria de Educação Básica – MEC.	
2014	4ª	11/03/2014	Copa do Mundo de 2014	Fiscalização de serviços	Adalberto Santos de Vasconcelos, Coordenador-Geral de Controle Externo da Área de infraestrutura e da Região Sudeste do Tribunal de Contas da União; José Roberto Bernasconi, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva; Rafael Jardim Cavalcante, Assessor do Ministro Relator das obras da Copa do Mundo do Tribunal de Contas da União, e Rodrigo Magalhães Prada, Jornalista e Diretor do Portal da Copa 2014	Autônoma

Fonte: elaboração do autor.

O primeiro deles, a 28ª reunião, de 16/06/2011, teve por objeto instruir o PLC nº 116, de 2010, que tratou dos termos técnicos e legais relativos à comunicação audiovisual de acesso condicionado, as chamadas TV por assinatura, determinando regras para a prática das atividades de produção, programação e empacotamento de conteúdo, obrigando ainda a veiculação de conteúdo brasileiro nos canais. Essa AP foi realizada conjuntamente com a CAE, CCJ, CMA e CCT e contou com a presença de representantes das agências reguladoras de cinema e telecomunicações, além de técnicos e representantes de canais de TV por assinatura.

Em 13/09/2011, o projeto debatido nessa ocasião foi sancionado na forma da Lei nº 12.485, de 2011, porém sofreu ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

O segundo caso tratou de discutir a ideia de federalização da educação básica como forma de corrigir problemas educacionais de longa data no país. Apenas três convidados participaram, nenhum representante do Executivo. Embora não tenham relação direta com essa AP, as PECs de números 32 e 155, de 2013 e 74, de 2005, relacionam-se entre si por serem de autoria do senador Cristovam Buarque e tratarem de temas semelhantes.

O terceiro caso discutiu o processo de escolha de diretores de escola no Brasil. Participaram dessa AP o secretário de educação do estado de São Paulo, a diretoria de apoio à gestão educacional do MEC e professores especialistas no assunto. Embora não tenha relação direta com um projeto de lei específico, esta AP trata de tema que diz respeito a iniciativas legislativas que tramitam tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados.

O último estudo de caso dessa comissão tratou sobre o legado que as obras da Copa de 2014 deixariam ao país. Participaram dessa AP técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU), representante do sindicato das empresas de engenharia, jornalista e especialista internacional. Sobre essa AP não houve desdobramento posterior, pelo que se pôde levantar para esta pesquisa.

Em relação às demais, pode-se dizer que esta comissão teve nas APs um uso semelhante às da CDH: espaço de interlocução social.

4.9 Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)

A competência da CI é opinar sobre assuntos de

“transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes” (RISF, art. 104).

Sua atividade, quantitativamente, foi semelhante à da CAE, com o pico de reuniões em 2013, com 115 ao todo e 45 APs, como mostra a Tabela 11.

Tabela 11 – Resultados da CI

Ano	AP	OR	Ambas
2011	19	61	80
2012	14	38	52
2013	45	70	115
2014	13	35	48
Total	91	204	295

Fonte: elaboração do autor.

Os casos analisados apresentaram bastante pertinência entre si, embora nenhum tenha sido AP de instrução de proposição, como demonstrado no Quadro 9.

Quadro 9 – Estudos de caso da CI

Ano	Nº	Data	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	9ª	26/04/2011	Infraestrutura Aeroportuária	Infraestrutura e desenvolvimento aeroportuário	Carlos Alves da Silva Campos Neto, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea; José Márcio Mollo, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – Snea; e Miguel Capobiango Neto, Coordenador da Unidade Gestora da Copa do Governo do Estado do Amazonas – UGP.	Autônoma
2012	32ª	20/11/2012	Sistema Elétrico Brasileiro	Infraestrutura energética	Senhor Márcio Pereira Zimmermann, Secretário Executivo do MME.	Conjunta: CI e CAE
2013	49ª	23/10/2013	Obras Públicas	Infraestrutura e concessões	Gleisi Hoffmann, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República; Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União	Autônoma
2014	18ª	19/05/2014	Logística Nacional	Infraestrutura e desenvolvimento	Eduardo Teixeira, Sócio-Diretor da Creta Planejamento; Márcio Holland de Brito, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e Vinícios Leoncio, Advogado.	Autônoma

Fonte: elaboração do autor.

O primeiro deles foi a reunião realizada em 26/04/2011 para tratar da infraestrutura aeroportuária pensada nos preparativos da Copa de 2014. Salientamos que, devido à dificuldade encontrada em obter os resultados, atas e notas taquigráficas em razão da forma como essa comissão disponibilizou seus registros para 2011, tivemos dificuldade em localizar os requerimentos de origem. Paralelamente, utilizando o relatório da presidência e o banco de notícias do Senado, não localizamos qualquer desdobramento dessa AP em processo legislativo posterior. De toda forma, cabe lembrar, novamente, que o controle horizontal realizado pelo Congresso Nacional, de acompanhamento das políticas públicas, não envolve necessariamente produção de novas leis (LEMOS, 2007; O'DONNELL, 1998).

O segundo caso foi uma AP, realizada em conjunto com a CAE, para discutir as falhas no sistema elétrico brasileiro que levaram à ocorrência de apagões em diversas regiões brasileiras no ano analisado. Também não localizamos correspondência direta em relação às matérias em tramitação. Contudo, parece evidente a ligação concreta com problema que afeta potencialmente a vida dos cidadãos e a produção econômica como um todo.

O terceiro caso consistiu na prestação de contas da Ministra Chefe da Casa Civil e do Advogado-Geral da União sobre o novo modelo de concessões para obras rodoviárias, portuárias e aeroportuárias adotadas pelo governo no Brasil.

O quarto caso tratou de discussão sobre os entraves logísticos existentes no país. Para tanto, contou com a presença do secretário de política econômica do MF, entre outros convidados. Não localizamos qualquer repercussão direta em projetos de lei, embora haja

diversas leis tramitando no Congresso que tratem de incentivos tributários e fiscais ao sistema rodoviário, ampliação e melhorias de portos e aeroportos e a implantação de sistema ferroviário.

4.10 Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)

Entre todas as comissões, a CMA é a que mais acumula atribuições. Sem prejuízo das demais comissões, de acordo com o RISF é de sua alçada fiscalizar e executar

“[...] o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, podendo, para esse fim: a) avaliar a eficácia, eficiência e economicidade dos projetos e programas de governo no plano nacional, no regional e no setorial de desenvolvimento, emitindo parecer conclusivo; b) apreciar a compatibilidade da execução orçamentária com os planos e programas governamentais e destes com os objetivos aprovados em lei; c) solicitar, por escrito, informações à administração direta e indireta, bem como requisitar documentos públicos necessários à elucidação do ato objeto de fiscalização; d) avaliar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, notadamente quando houver indícios de perda, extravio ou irregularidade de qualquer natureza de que resulte prejuízo ao Erário; e) providenciar a efetivação de perícias, bem como solicitar ao Tribunal de Contas da União que realize inspeções ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas da União e demais entidades referidas na alínea d; f) apreciar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe de forma direta ou indireta, bem assim a aplicação de quaisquer recursos repassados mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município; g) promover a interação do Senado Federal com os órgãos do Poder Executivo que, pela natureza de suas atividades, possam dispor ou gerar dados de que necessite para o exercício de fiscalização e controle; h) promover a interação do Senado Federal com os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público que, pela natureza de suas atividades, possam propiciar ou gerar dados de que necessite para o exercício de fiscalização e controle; i) propor ao Plenário do Senado as providências cabíveis em relação aos resultados da avaliação, inclusive quanto ao resultado das diligências realizadas pelo Tribunal de Contas da União.” (RISF, art. 102-A, B e D).

Em relação ao meio ambiente, é de sua competência opinar sobre assuntos que digam respeito a:

“[...] a) proteção do meio ambiente e controle da poluição, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais e genéticos, florestas, caça, pesca, fauna, flora e recursos hídricos; b) política e sistema nacional de meio ambiente; c) preservação, conservação, exploração e manejo de florestas e da biodiversidade; d) conservação e gerenciamento do uso do solo e dos recursos

hídricos, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável; e) fiscalização dos alimentos e dos produtos e insumos agrícolas e pecuários, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável; f) direito ambiental; g) agências reguladoras na área de meio ambiente, inclusive a Agência Nacional de Águas (ANA); h) outros assuntos correlatos.” (RISF, art. 102-A).

Quanto à defesa do consumidor, deve:

“[...] estudar, elaborar e propor normas e medidas voltadas à melhoria contínua das relações de mercado, em especial as que envolvem fornecedores e consumidores; b) aperfeiçoar os instrumentos legislativos reguladores, contratuais e penais, referentes aos direitos dos consumidores e fornecedores, com especial ênfase às condições, limites e uso de informações, responsabilidade civil, respeito à privacidade, direitos autorais, patentes e similares; c) acompanhar as políticas e ações desenvolvidas pelo Poder Público relativas à defesa dos direitos do consumidor, defesa da concorrência e repressão da formação e atuação ilícita de monopólios; d) receber denúncias e denunciar práticas referentes ao abuso do poder econômico, qualidade de produtos, apresentação, técnicas de propaganda e publicidade nocivas ou enganosas; e) avaliar as relações custo e preço de produtos, bens e serviços, com vistas a estabelecer normas de repressão à usura, aos lucros excessivos, ao aumento indiscriminado de preços e à cartelização de segmentos do mercado; f) analisar as condições de concorrência com especial enfoque para a defesa dos produtores e fornecedores nacionais, considerados os interesses dos consumidores e da soberania nacional; g) gerar e disponibilizar estudos, dados estatísticos e informações, no âmbito de suas competências.” (RISF, 102-A).

Objetivamente, percebemos que são três temas densos para um colegiado formado por dezessete membros titulares e dezessete suplentes se debruçar.

Ao verificarmos as prescrições regimentais estabelecidas, percebemos que o caráter fiscalizatório se sobrepõe aos demais. O RISF ainda assevera que a comissão no

“exercício da competência de fiscalização e controle [...] remeterá cópia da documentação pertinente ao Ministério Público (MP), a fim de que este promova a ação cabível, de natureza cível ou penal, se for constatada a existência de irregularidade; poderá atuar, mediante solicitação, em colaboração com as comissões permanentes e temporárias, incluídas as comissões parlamentares de inquérito, com vistas ao adequado exercício de suas atividades” (RISF, art. 102-C).

É, portanto, a comissão, do ponto de vista regimental, que tem a maior pertinência integradora ante as demais em funcionamento no Senado sobre o acompanhamento das atividades estatais de governo e, dessa forma, sobre o *accountability* horizontal (O’DONNELL, 1998).

Também tem grande autonomia para acompanhar a atividade paraestatal do mercado consumerista, ainda que não seja esse o tema desta pesquisa. Contudo, atendo-nos a fiscalização intragovernamental à administração direta, a atividade legislativa da CMA deverá obedecer aos seguintes critérios:

“a proposta de fiscalização e controle poderá ser apresentada por qualquer membro ou Senador à Comissão, com específica indicação do ato e fundamentação da providência objetivada; a proposta será relatada previamente, quanto à oportunidade e conveniência da medida e ao alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado, definindo-se o plano de execução e a metodologia de avaliação; aprovado o relatório prévio pela Comissão, o relator poderá solicitar os recursos e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à Administração da Casa o atendimento preferencial das providências requeridas. Rejeitado o relatório, a matéria será encaminhada ao Arquivo; o relatório final da fiscalização e controle, em termos de comprovação da legalidade do ato, avaliação política, administrativa, social e econômica de sua edição, e quanto à eficácia dos resultados sobre a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, obedecerá, no que concerne à tramitação, as normas do artigo 102-C.” (RISF, art. 102-B)

Nesses casos, o envio dos documentos e relatórios produzidos devem ocorrer à Mesa do Senado, ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União, ao órgão do Executivo competente, à comissão temática no Senado de maior pertinência, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ou ainda ao TCU.

Na atuação da comissão, apenas a atividade de fiscalização pode contar com o assessoramento do TCU, se assim for requerida. Também poderá, desde que motivadamente, “comunicar fatos investigados à comissão correspondente da Câmara dos Deputados, para que esta adote providência que lhe afigurar cabível” (RISF, art. 102-D §2ª).

Considerando o arcabouço regimental da CMA, vemos que é de extremo refinamento quanto à competência, autonomia e transitividade com outras instâncias da administração pública, seja Legislativa, Executiva ou auxiliar (Ministério Público e TCU). Apesar disso, em relação à utilização da APs e reuniões, os dados analisados apontam para certa subutilização de suas prerrogativas. Os dados sobre esse órgão colegiado estão na Tabela 12.

Tabela 12 – Resultados da CMA

Ano	AP	OR	Ambas
2011	35	60	95
2012	30	55	85
2013	20	47	67
2014	11	30	41
Total	96	192	288

Fonte: elaboração do autor.

Entre as comissões, é a sétima em relação ao número de reuniões realizadas e a quarta em APs. Repetiu a tendência geral em relação aos anos de 2011 e 2014. No acumulado do período, ao calcularmos as médias de APs realizadas em cada um dos anos, obtemos a

média de 0,66 AP por mês no quadriênio, considerando os doze meses civis para todos os efeitos. Em face das atribuições de controle inerentes a esse colegiado, esses números parecem pequenos.

Os casos analisados estão descritos no Quadro 10.

Quadro 10 – Estudos de caso da CMA

Ano	Nº	Data	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	44ª	19/10/2011	Gestão Ministerial	Debate político	Ministro do Esporte, Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior.	Conjunta: CMA e CE
2012	44ª	12/11/2012	Parceria Público-Privada	Instrução de proposição	Vera Maria Masagão Ribeiro, Diretora de Ação Educativa da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais – ABONG; Antonio Alves de Carvalho Neto, Secretário-Adjunto de Planejamento do TCU; e Diogo de Sant'Ana – Assessor Especial da Secretaria Geral da Presidência da República	Autônoma
2013	42ª	12/11/2013	Portos	Análise de legislação em vigor	Antonio Henrique Pinheiro Silveira, Ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República; Renato Ferreira Barco, Diretor-Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo; Luiz Henrique Tessuti Dividino, Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina; Carlos José Ponciano da Silva, Diretor-Presidente da Companhia Docas do Pará; e Mário Povia, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	Autônoma
2014	18ª	27/05/2014	Telecomunicação	Fiscalização de serviços	Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações.	Conjunta: CMA, CCT e CI

Fonte: elaboração do autor.

A análise do primeiro caso apurou que a AP realizou-se de forma conjunta e teve como base os RMA 106 e 107/2011 e RCE 62/2011. O primeiro a ser aprovado foi o RMA 106/2011, em 18/10/2011, com a intenção de averiguar as denúncias veiculadas nos meios de comunicação nacionais sobre o Ministro de Estado do Esporte Orlando Silva e sua gestão. Os autores dos requerimentos foram os Senadores Inácio Arruda, Lídice da Mata, Ana Amélia, Álvaro Dias e Vanessa Grazziotin.

Após os esclarecimentos prestados pelo ministro perante a comissão, não localizamos qualquer outra proposição anexa aos requerimentos ou pertinentes à situação que tenha tramitado na CMA. Apesar disso, notamos a brevidade entre a iniciativa e sua respectiva realização, que ocorreu no dia 19/10/2011, o que evidencia preocupação, no mínimo, em dar resposta à sociedade sobre as denúncias em tela.

O segundo estudo baseou-se no RMA 79/2012, de 28/08/2012. A AP foi realizada em 12/11/2012, com o objetivo de instruir o PLS nº 649, de 2011. Aprovado nas comissões, em 05/02/2014, foi dado como definitivamente aprovado pelo plenário do Senado. Tramitou na Câmara dos Deputados, sendo aprovado por lá sem alterações substanciais. A sanção presidencial ocorreu em 1º/08/2014. O processo foi convertido na Lei nº 13.019, de 2014, que trata do regime jurídico das parcerias voluntárias, financeiras ou não, entre a administração pública e a sociedade civil, de modo a cumprirem de modo cooperativo a execução de objetivos do interesse público.

A origem do terceiro caso a junção dos RMA 62 e 69/2013 e seu objeto era a discussão dos efeitos práticos da Lei nº 12.815, de 2013, a chamada “Lei dos Portos”, que dispõe, entre outros aspectos, sobre a exploração por parte da União dos portos e instalações portuárias e as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. Essa lei foi oriunda da Medida Provisória nº 595, de 2012.

A 18ª reunião de 2014 da CMA foi realizada com a presença do Ministro de Estado das Comunicações à época, Paulo Bernardo. Ocorreu de maneira conjunta com a CCT e CI, solicitada por meio dos requerimentos RMA 26 e 34/2014, RCT 11 e 13/2014 e RQI 4/2014. Foram duas APs realizadas nos dias 20 e 27/05/2014, que buscaram esclarecimentos sobre as providências tomadas pelo Executivo para a melhoria do funcionamento da telefonia celular no país, sobretudo nas regiões próximas aos estádios onde foram realizados os jogos da Copa de 2014. Além do ministro, na primeira AP, estavam presentes as quatro maiores operadoras de telefonia celular, bem como representantes sindicais.

Ressaltamos que, diante das atribuições regimentais impostas à CMA em relação aos dados apresentados, a *accountability* horizontal não é desempenhada de maneira suficiente a atingir seu escopo, a atividade da comissão por meio das APs deveria ser mais intensa. Porém, dada a complexidade dos temas e o enfoque parcial deste trabalho, cabe lançar mão de estudos qualitativos aprofundados sobre sua atuação, de forma mais detalhada. Isso seria inviável no âmbito desta monografia.

4.11 Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)

A CRA é competente para pronunciar-se, em síntese, sobre:

“[...] direito agrário; planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e fundiária; agricultura, pecuária e abastecimento; agricultura familiar e segurança alimentar; silvicultura, aquicultura e pesca; comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária

animal e vegetal; irrigação e drenagem; uso e conservação do solo na agricultura; utilização e conservação, na agricultura, dos recursos hídricos e genéticos; política de investimentos e financiamentos agropecuários, seguro rural e endividamento rural; tributação da atividade rural; alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares, aquisição ou arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira, definição da pequena e da média propriedade rural; uso ou posse temporária da terra e regularização dominial de terras rurais e de sua ocupação; colonização e reforma agrária; cooperativismo e associativismo rurais; emprego, previdência e renda rurais; políticas de apoio às pequenas e médias propriedades rurais; política de desenvolvimento tecnológico da agropecuária, mediante estímulos fiscais, financeiros e creditícios à pesquisa e experimentação agrícola, pesquisa, plantio e comercialização de organismos geneticamente modificados; extensão rural; organização do ensino rural.” (RISF, 104-B).

Seus dados, mostrados na Tabela 13, apontaram para a equivalência geral de atividades das comissões 2011-2014. Ocupou a sétima posição em relação às APs realizadas de todo o período se comparada às demais. Sua média de APs realizadas por ano foi de 19,25.

Tabela 13 – Resultados da CRA

Ano	AP	OR	Ambas
2011	30	53	83
2012	14	26	40
2013	18	40	58
2014	15	32	47
Total	77	151	228

Fonte: elaboração do autor.

Quadro 11 – Estudos de caso da CRA

Ano	Nº	Data	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	47ª	10/11/2011	Produção Integrada	Instrução de proposição	Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag; Renato Conchon – Coordenador de Assuntos Econômicos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; João Tomelin, Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Silvio Ney Barros Monteiro, Diretor Financeiro da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Unicafes; Adriano Campos Alves, Assessor Jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; Carlos Alberto Sehn, Assessor da Diretoria do Sindicato Interestadual do Tabaco – Sinditabaco.	Autônoma
2012	22ª	12/07/2012	Produção Agropecuária	Debate sobre problema produtivo	Mendes Ribeiro Filho, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; Marcelo Lopes, Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos – ABCS; Pedro de Camargo Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína – Abipecs; Marcio Milan, Vice/Presidente da Associação Brasileira de Supermercados – Abras (representante de: Sussumo Honda); Marcia Caldas, Coordenadora de Crédito Rural e Normas da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – SPE/MF (representante de: João Rabelo Júnior); Caio Rocha, Secretário de Política Agrícola do Mapa; Deputado Vilson Covatti – (PP/RS), Presidente da Frente Parlamentar Mista da Suinocultura – FPMS	Autônoma
2013	20ª	05/09/2013	Seguro Agrícola	Debate sobre problema produtivo	Alysson Paolinelli, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho; Antonio Licio, Consultor da Associação Brasileira dos Produtores de Milho; Cesario Ramalho da Silva, Presidente da Sociedade Rural Brasileira; José Aroldo Gallassini, Presidente da Coamo Agroindústria; Gláucio Nogueira Toyama, Diretor Técnico de Seguros Rurais e Habitacionais do Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre (representante de: Sr. Luis Carlos Guedes Pinto); Rosemeire Cristina dos Santos, Superintendente Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil	Autônoma
2014	6ª	20/03/2014	Endividamento Agrícola	Debate sobre problema produtivo	Mario Borba, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba; José Maria Vilar da Silva, Superintendente Estadual da Paraíba do Banco do Nordeste do Brasil; Nicola Moreira Miccine, Gerente do Ambiente de Recuperação do Banco do Nordeste do Brasil; João Pinto Rabelo Júnior, Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - SPE/MF.	Autônoma

Fonte: elaboração do autor.

A primeira AP, conforme o Quadro 11, foi requerida através do RRA 72/2011 e realizada em 10/11/2011. Buscou debater o PLS nº 330, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, com o cunho de regular as parcerias de produção integrada agropecuária, estabelecendo condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras. Contou com a presença de representantes de associações, confederações e sindicatos ligados à agricultura.

Por ser a CRA a comissão de análise do mérito final, após sua aprovação em 05/09/2013, não tendo havido requerimento para apreciação pelo plenário do Senado, a matéria em foco seguiu à Câmara dos Deputados dia 1ª/10/2013, onde continua tramitando até a presente data.

O segundo caso estudado teve origem no RRA 26/2012 e teve o intuito de debater a crise da suinocultura brasileira. Para tanto, foram convidados o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa à época, Mendes Ribeiro Filho, e representantes de associações ligadas ao tema, além de representantes do Ministério da Fazenda e técnico do próprio Mapa. Destacamos isso, pois o RISF, em seu art. 398, inciso V, dá a noção geral de que as reuniões destinadas a arguição de ministros de Estado devem ser exclusivas. Além dessa situação, específica da CRA, verificamos semelhança também no estudo de caso de 2011 de CAS. Não encontramos correlação direta com outra proposição como continuidade a essa AP.

O terceiro estudo foi baseado nos RRAs 29 e 34/2014. Realizada em 05/09/2013, a AP visou esclarecer sobre a exigência de novo tipo de seguro agrícola no país, com a participação de representantes de entidades sindicais, associação, cooperativa, confederação e empresa seguradora. Não localizamos desdobramentos em proposições, além dos requerimentos da AP.

O quarto estudo teve como apoio os RRAs 20/2013 e 9/2014. Realizada em 20/03/2014, a AP teve por objeto discutir o endividamento dos pequenos e médios produtores rurais da região nordeste do país, em especial no estado da Paraíba. O senador Cícero Lucena, um dos requerentes, indicou o nome de um superintendente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), além de justificar formalmente em um dos requerimentos o interesse em esclarecer a situação estadual. A AP transcorreu sem a presença específica do presidente do BNB e do secretário do tesouro nacional, que se fizeram representar. Além dos requerimentos conexos, não encontramos relação direta de tramitação dessa AP com outra proposição ou reuniões.

4.12 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)

A competência regimental da CRE é de emitir pareceres sobre

“[...] proposições referentes aos atos e relações internacionais [...] e ao Ministério das Relações Exteriores; comércio exterior; indicação de nome para chefe de missão diplomática de caráter permanente junto a governos estrangeiros e das organizações internacionais de que o Brasil faça parte [...]; Forças Armadas de terra, mar e ar, requisições militares, passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional, questões de fronteiras e limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo, declaração de guerra e celebração de paz [...]; assuntos referentes à Organização das Nações Unidas e entidades internacionais de qualquer natureza; autorização para o Presidente ou o Vice-Presidente da República se ausentarem do território nacional [...]” (RISF, art. 103).

É dever do Ministro das Relações Exteriores e da Defesa comparecer diante dessa comissão em AP ao menos uma vez por ano, preferencialmente no início cada ano, a fim de informar sobre as diretrizes e rumos da gestão de sua competência. Embora esse dispositivo tenha sido utilizado, nenhum dos estudos de caso o contemplou, dada a triagem com os critérios estabelecidos, explicada no Capítulo 3.

A atividade desse órgão colegiado também reflete a tendência geral das comissões em relação aos anos de 2011-2014. Salientamos apenas a ligeira variância entre as APs realizadas, que entre o número máximo e o mínimo, a diferença foi de apenas nove. Com relação à contagem geral de reuniões, também percebemos ligeira variância em relação aos anos de 2011 a 2013. Agora, se compararmos 2011 com 2014, temos uma diferença de 54,5%. A Tabela 14 reúne esses dados.

Tabela 14 – Resultados da CRE

Ano	AP	OR	Ambas
2011	26	62	88
2012	23	47	70
2013	25	56	81
2014	17	31	48
Total	91	196	287

Fonte: elaboração do autor.

Quadro 12 – Estudos de caso da CRE

Ano	Nº	Data	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	33ª	08/08/2011	Macroeconomia	Política externa	Luiz Awazu Pereira da Silva, Diretor de Regulação do Sistema Financeiro e Diretor de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos do Banco Central; Ministro Paulo Roberto de Almeida, Diplomata do Ministério das Relações Exteriores e Professor do Uniceub; Tatiana Lacerda Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; Makhtar Diop, Diretor do Banco Mundial	Autônoma
2012	30ª	28/05/2012	Relações Exteriores	Política externa	Embaixador Rubens Barbosa, ex-Embaixador do Brasil em Washington e Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); Ministra Dorothea Fonseca Furquim Werneck, Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais, ex-Ministra do Trabalho e ex-Ministra da Indústria e Comércio; Embaixador Marçílio Marques Moreira, ex-Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento	Autônoma
2013	26ª	04/07/2013	Mercosul	Comércio exterior	Fernando Damata Pimentel, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	Autônoma
2014	8ª	25/03/2014	Financiamento Internacional	Investimento Exterior	Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	Conjunta: CRE e CAE

Fonte: elaboração do autor.

Em relação aos estudos de caso demonstrados no Quadro 12, tivemos a coincidência nos dois primeiros, que fizeram parte de uma série de APs promovidas pelo RRE 1/2011, que contou ainda com mais três reuniões no biênio 2011/2012. De modo geral, essas APs buscaram verificar, de alguma forma, os caminhos da política externa brasileira.

A 33ª reunião realizada em 08/08/2011 contou com a presença de convidados dispostos a discorrer sobre o “sistema financeiro internacional: do pós-guerra [...] aos dias de hoje” e “o possível rebaixamento na classificação de credibilidade dos EUA”. Já o encontro ocorrido em 28/05/2012 tratou do aspecto macroeconômico e o posicionamento do Brasil ante à nova ordem econômica, BRICS e G20. Participaram dessa AP ex-ministros de Estado da fazenda, planejamento, trabalho, indústria e comércio, a secretária de desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais e um ex-embaixador do Brasil em Washington – EUA. Além das APs realizadas, não localizamos quaisquer outras proposições afins.

A terceira AP estudada teve como base os RREs 17, 27 e 40/2013 e seu objetivo foi debater a situação comercial entre Brasil e Argentina e negociações do Mercosul como bloco regional de comércio exterior. Participou dessa AP o Ministro de Estado do Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Fernando Pimentel. Além dessa, outras APs foram realizadas no sentido de ouvir o titular do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

O quarto estudo analisado teve solicitação por meio do RRE 22/2014, da CRE, e dos RQEs 2 e 3/2014, da CAE. A reunião foi realizada conjuntamente para discutir os financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em projetos de infraestrutura no exterior. Esteve presente o presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

4.13 Comissão Senado do Futuro (CSF)

A CSF foi a que apresentou o menor desempenho entre as comissões, ponderado o tema desta monografia. É claro que se deve considerar o fato de ter sido a única que não apresentou registros em todos os anos estudados. Ela foi criada durante a legislatura, por força da Resolução nº 14/2013, com a finalidade de “promover discussões sobre grandes temas e o futuro do País, bem como aprimorar a atuação do Senado nessas questões” (RISF). Depreende-se que é uma comissão consultiva, não cabendo deliberar sobre o mérito de proposições legislativas, realizando apenas consultas acerca de temas relativos ao desenvolvimento institucional e de interesse da nação.

Comparada às demais, apenas no período de 2013 e 2014 a CSF apresentou índices menores. Considerada a CDR, por exemplo, a comissão com menor desempenho entre as onze existentes desde o início da legislatura, ainda assim a CSF fica atrás em número de reuniões realizadas e APs: respectivamente, médias de 27 contra 2 e 12,5 contra 2.

Contudo, repetiu a tendência geral de ter o ano de 2014 como o de menos atividade: apenas duas reuniões realizadas. Isso acabou inviabilizando o estudo de caso para o ano, visto a única AP realizada não atender plenamente todos os critérios estabelecidos, apresentados no Capítulo 3.

Os dados sobre essa comissão estão na Tabela 15 e no Quadro 13.

Tabela 14 – Resultados da CSF

Ano	AP	OR	Ambas
2011	-	-	-
2012	-	-	-
2013	3	3	6
2014	1	1	2
Total	4	4	8

Fonte: elaboração do autor.

Quadro 13 – Estudos de caso da CSF

Ano	Nº	Data	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-
2013	4ª	16/06/2013	Disparidades Regionais	Debate sobre problema social	Sr. Fernando Antonio Rezende Silva, Professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas; Sr. Túlio Tavares Santos, Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina, e Sr. João Paulo dos Reis Velloso, Superintendente Geral do Instituto Nacional de Altos Estudos.	Autônoma
2014	-	-	-	-	-	-

Fonte: elaboração do autor.

A quarta reunião da CSF teve origem no RFF 1/2013, proposto pelo senador Cristovam Buarque, com o objetivo de dar uma resposta ao questionamento sobre “Qual o Pacto Federativo para aumentar a eficiência da economia e reduzir as desigualdades regionais e sociais?”. Foram convidados: Fernando Antonio Rezende Silva, Professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da FGV; Túlio Tavares Santos, Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina; Everardo Maciel, Professor do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP; e o Sr. João Paulo dos Reis Velloso, Superintendente-Geral do Instituto Nacional de Altos Estudos – Inae. Apenas Everardo Maciel deixou de comparecer.

Nenhuma matéria legislativa específica se relaciona a essa AP, tampouco houve grande repercussão de notícias por parte da área de comunicação social do Senado. Porém, ao refletirmos sobre o contexto político e social do Brasil no ano de 2013, destacam-se as manifestações ocorridas em diversas cidades do país que mobilizaram milhões de pessoas e com diversas reivindicações, entre elas a de maior eficiência das instituições e representatividade política. Pensada sob essa óptica, a CSF pode ter sido concebida de modo a possibilitar uma via de acesso específica ao Legislativo por parte da população e grupos de

interesse, dado seu caráter consultivo, como lócus de interlocução social e de negociação de grupos de interesse.

Sua finalidade não pôde ser ainda verificada na prática, restando-nos apenas um panorama parcial, mas estudos futuros de abrangência temporal equivalente a este estudo pode vir a analisar esse órgão colegiado.

O capítulo seguinte apresenta as conclusões da pesquisa.

5. CONCLUSÃO

Os dados apresentados demonstram como a atividade de controle legislativo é exercido de maneira difusa em cada comissão, embora seja possível verificar certa regularidade da agenda do Senado para as atividades de fiscalização e coleta de informações para o período.

Uma comparação entre os apontamentos de Araújo, Testa e Silva (2015) e os dados aqui demonstrados mostram que o primeiro ano de mandato no Congresso e o último são, respectivamente, o de maior e menor de número de APs realizadas no Congresso.

Algumas APs, como as realizadas pela CAS, CDR, CI, CRA, CRE e CSF, trataram de discutir temáticas e situações concretas da realidade política, social e econômica, reforçando o que a literatura sugere de controle horizontal como tarefa do Congresso Nacional (LEMONS, 2007; O'DONNELL, 1998). Quanto ao acompanhamento de políticas públicas e teorias informacionais, destacamos que a atividade legislativa não diz respeito necessariamente à produção de novas leis. Como exemplo, tem-se a AP realizada na CAS para debater a não aplicação de lei aprovada em 2001, e mesmo passados dez anos, não houve interesse governamental de sua implantação como política de mitigação da desigualdade econômica. Aliás, durante os debates havidos na reunião, é possível perceber o elevado número de justificativas operacionais quanto à dificuldade de viabilizar a execução da lei tal qual foi aprovada, sem metas e prazos serem sido definidos pelo Executivo, muito embora seu teor tenha sido bastante enaltecido como marco simbólico.

Entre os casos, percebemos que houve coincidências a respeito dos temas discutidos em APs de comissões distintas. Embora haja a possibilidade de realizarem reuniões conjuntas, alguns temas foram tratados em momentos distintos. Foi o que aconteceu em relação à CCJ e à CCT nas discussões sobre as alterações da legislação florestal. O conteúdo das APs realizadas por essas comissões sugere ter embasado, pelo menos em parte, a Lei nº 12.651/2012 e a Lei nº 12.717/2012 que a alterou a partir da Medida Provisória nº 571/2012.

Notamos que as APs reforçam o sentido efetivo de ferramenta de governança intra-institucional, porém destacamos sua subutilização para legitimar pleitos e depreender diligências fiscalizatórias mais amplas. Por outro lado, entendemos que o grau de exposição que as APs sujeitam os interpelados, dado o caráter aberto e público, seja o motivo para serem tratadas ainda com alguma reserva, que é o que pode se depreender da leitura de requerimentos de solicitação e das notas taquigráficas. Acontece que a utilização do termo convite é mais frequente de ser utilizado que convocação, uma vez que o segundo implica

necessariamente a competência da autoridade legislativa inquisitória, que obriga legalmente à determinada autoridade instada seu comparecimento, sob pena de crimes de reponsabilidade.

Notamos que a amplitude de atuação parlamentar em relação às APs é restrita quando se trata de discussões de temas além dos agendados pelo Executivo, tal qual os casos da CCT, CMA. Em contrapartida, as APs realizadas pela CI e CCJ atuaram no sentido de serem fóruns de discussão e negociação em relação às matérias por elas analisadas, ao que nos parece, de maneira mais independente do interesse do governo. O chefe do Executivo concentra poderes políticos, de modo mais amplo, reforçado pela coalizão de governo formada pelos partidos que envolvem uma maioria política. De igual modo, também é dotado de prerrogativas para propor leis, destacando-se a utilização de medidas provisórias. Este – qual a implicação das APs na elaboração e tramitação de medidas provisórias – é um tema que pode vir a ser detalhado em estudos posteriores, dos quais pode ser valer dos dados suscitados neste trabalho.

Temas afins que venham esmiuçar a atividade legislativa das comissões, dentro de uma legislatura ou janela temporal maior, são de grande valia se considerarmos o elevado número de estudos abordando diversos aspectos do funcionamento da Câmara dos Deputados, porém pouquíssimos a respeito do Senado Federal ou mesmo o Congresso em si.

Notamos, ainda, que as comissões acabam por exercer mais um papel de fórum coletivo em contrariedade a atividades de fiscalização ou de responsabilização política. É destacado que não há escassez de recursos ou competências legais, muito pelo contrário. Reforça-se o pressuposto de que o controle do Executivo sobre o Legislativo, difundido e descentralizado por meio dos líderes, impacta também na atuação política e administrativa das comissões. É o que principalmente a CMA demonstra.

Mesmo não sendo de nosso escopo, os dados aqui dispostos e analisados podem vir a possibilitar estudos mais detalhados, que tenham análises aprofundadas sobre as redes de políticas públicas que as APs expõem (ARAÚJO; TESTA; SILVA, 2015) ou outros temas.

Ademais, este estudo reconhece a escassez de recursos necessários para realização de uma pesquisa qualitativa e quantitativa de maior abrangência. Embora atinja aquilo que se propôs verificar, deve ser dito que as APs utilizadas no Senado Federal são utilizadas com menos vigor do que seu potencial viabilizaria, embora os dados evidenciem que podem ser ágeis instrumentos de formação de consensos e aferição de clamores da sociedade civil. Resta-nos saber se esse comportamento é mantido em uma janela de análise maior, com mais de uma legislatura e foco nas duas Casas do Congresso Nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Suely M. V. G.; TESTA, Graziela G.; SILVA, Rafael S. e. Fugindo do líder e caindo na rede: caminhos alternativos das demandas sociais no Congresso Nacional. *VIII Congresso Latino Americano de Ciência Política*. Peru, 2015.

BACKES, Ana L.; AZEVEDO, Débora B.; ARAÚJO, José C. *Audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte: a sociedade na tribuna*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Com alterações adotada pelas emendas constitucionais nos 1, de 1992, a 67, de 2010, e pelas emendas constitucionais de revisão nos 1 a 6 de 1994. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional, Senado Federal. *Regimento Interno*. Resolução: n. 93, de 1970, v. 1, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2015.

FONSECA, Igor F.; REZENDE, Rainer R.; OLIVEIRA, Marília S. de.; PEREIRA, Ana K.. Audiência públicas: fatores que influenciam seu potencial de efetividade no âmbito do Poder Executivo federal. *Revista do Serviço Público*. Brasília, 2013

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Instituições e política no controle do executivo. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 689-727, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v44n4/a02v44n4.pdf>. Acesso em: 28/12/2014.

LEMONS, Leany B. S. O controle legislativo no Brasil pós-1988. In: NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy (Org.). *Instituições Representativas no Brasil: Balanço e Reformas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

O'DONNELL, Guillermo. *Accountability* horizontal e as novas poliarquias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 44, p. 27-54, 1998.

ANEXO

**Anexo – AP Comissões Permanentes do Senado Federal-Estudos de Caso
2011-2014**

CAE								
Ano	Nº	Data	Req.	Requerente	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	71ª	20/12/2011	-	-	Economia	Obrigação legal	Presidente do Bacen – Alexandre Tombini	Autônoma
2012	48ª	31/10/2012	RQE 80/2011 e RQI 36/2012	Senador Romero Jucá, Senador Gim Argello	Economia e Infraestrutura	Instru�o de proposi�o	Marcos Franco Moreira, Diretor do Departamento de Gestão do Setor Elétrico – Ministério de Minas e Energia (representante do Min. Edison Lobão); Marcos Bragatto, Superintendente de Regula�o da Comercializa�o da Eletricidade – Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel (representante do Sr. Nelson José Hubner Moreira); Nelson Fonseca Leite Presidente – Associa�o Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee; Celso Soares Coordenador-Geral Substituto de Estudos e Monitoramento de Mercado – Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon (representante da Sr� Juliana Pereira da Silva); Álvaro Dias Júnior Vice-Presidente Corporativo – Landis Gyr América do Sul.	CAE e CI
2013	28ª	03/06/2013	RQE 29/2013 e RQE 32/2013	Senador Vital do Rêgo e Senador Humberto Costa	Economia	Instru�o de proposi�o	"Bruno Sobral de Carvalho Diretor de Desenvolvimento Setorial - Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS; Carlos Vital Tavares Corrêa Lima Vice-Presidente - Conselho Federal de Medicina - CFM (representante de: Roberto Luiz d'�vila); Kenys Menezes Machado Coordenador Geral de Análise Antitruste 2 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade; Daniel Coudry Diretor Executivo - Associa�o Nacional de Hospitais Privados - ANAHP	CAE
2014	9ª	27/03/2014	RQE 85/2013,	Senador Luiz Henrique,	Desenv. e Competitividade	Prest. de contas	Roberto Azevedo Diretor-Geral da Organiza�o Mundial do Comércio - OMC	Conjunta: CAE, CRA e

			RQE 13/2014, RRE 114/2013, RRE 12/2014, RQE 16/2014 e RRA 6/2014	Senadora Ana Amélia		governamental		CRE
CI								
Ano	Nº	Data	Req.	Requerente	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	32ª	20/09/2011	RAS 1/2011, RQA 3/2011	Senado Eduardo Suplicy	Equidade e Economia	Erradicação da Pobreza	Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello – MDS; Ana Fonseca, Secretária Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza	Conjunta: CAS e CAE
2012	23ª	24/05/2012	RAS 8/2012	Senador João Vicente Claudino	Equidade de Gênero	Instrução de proposição	Heloísa Bedicks, Superintendente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; Alexandre Di Miceli, Pesquisador da Universidade de São Paulo – USP; Carlos Alberto Rebello, Diretor de Regulação de Emissores – BM&F Bovespa	Autônoma
2013	42ª	10/09/2013	RAS 36/2013, RAS 37/2013 e RAS 48/2013	Senador Paulo Paim, Senador Vicentinho Alves e Senador Paulo Paim	Atividade de Aeronauta	Instrução de proposição	Marcelo Ceriotti, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas; Wolner Aguiar, Representante do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo (representante de Fernando Alberto dos Santos); Rafael Lara Martins, Presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho; Odilon Junqueira, Consultor de Recursos Humanos do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; Amaury Montandon, Comandante; Paulo Rogério Licati, Especialista em gerenciamento de risco de fadiga humana	Autônoma
2014	17ª	24/04/2011	RAS 70/2013	Senador Paulo Paim	Exame da OAB	Legislação Trabalhista	Carlos Otávio Schneider, Presidente Nacional da Associação Nacional dos Bacharéis em Direito; Reynaldo Arantes, Presidente Nacional da Organização dos Acadêmicos e Bacharéis do Brasil; Rubens Teixeira da Silva, Professor da Instituição Universitária da Faculdade Evangélica das	Autônoma

							Assembleias de Deus – Faecad; Willyan Johnes, Presidente Nacional da Ordem dos Bacharéis do Brasil; Lúcio Flavio Gonzaga Silva, Conselheiro Federal de Medicina; Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, Diretora de Regulação da Educação Superior do Ministério da Educação; Cláudio Pereira de Souza Neto, Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.	
CCJ								
Ano	Nº	Data	Req.	Requerente	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	45ª	13/09/2011	RQJ 72 e 73/2011, RQA 53/2011, RCT 44/2011 RMA 82/2011	Senadores Pedro Taques, Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Senadores Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Alvaro Dias, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg	Legislação e Meio Ambiente	Instrução de proposição	Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Nelson Jobim, Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF); Paulo Affonso Leme Machado, Professor e Pós-Doutor pela Universidade de Limoges (França); Mário José Gisi, Subprocurador-Geral da República do Ministério Público Federal (MPF); Cristina Godoy de Araújo Freitas, Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MP/SP).	Conjunta: CCJ, CMA, CRA e CCT
2012	37ª	30/08/2012	RQJ 97/2011	Senador Rodrigo Rollemberg	Legislação Servidores	Instrução de proposição	William Douglas, Magistrado e Membro - Conselho Editorial Impetus (RJ); Augusto Bello de Souza Neto, Presidente - Andacon. Vicente Paulo, Empresário; Alexandre Ribeiro Motta, Esaf, e Ricardo Carmona, Cespe.	Autônoma
2013	51ª	10/09/2013	RQJ 35/2013, RQJ 44/2013, RQJ 46/2013 e RQJ 47/2013	Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Humberto Costa,	Políticas Anti-drogas	Instrução de proposição	Vitore André Zilio Maximiano, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas – Senad do Ministério da Justiça; Deputado Osmar Terra, Deputado Federal (representante de: Deputado Givaldo Carimbão); Marcus Vinicius de Oliveira, Representante do Conselho Federal de Psicologia; Pe. Haroldo J. Rahm, Presidente da	Autônoma

				Senador Wellington Dias e Senador Wellington Dias			Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas; Alice de Marchi Pereira de Souza, Representante da Rede Justiça Criminal; Dartiu Xavier da Silveira; Professor da Universidade Federal de São Paulo; Cloves Benevides, Coordenador do Fórum Brasileiro de Gestores de Políticas sobre Drogas; Miriam Abou-yd, Representante da Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial; Aloísio Andrade, Coordenador Geral do Colegiado de Conselhos Estaduais de Políticas Sobre Drogas; Cristiano Maronna, Advogado e Representante da Rede Pense Livre, e Célio Luiz Barbosa, Presidente da Confederação Nacional das Comunidades Terapêuticas.	
2014	12ª	08/04/2014	RQJ 8/2014	Senador Valdir Raupp	Legislação Servidores	Instrução de proposição	Deputado Manoel Alves da Silva Júnior, Deputado Federal, Representante da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados; Wagner Ferreira, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados; Cleo De Oliveira Vieira, Coordenador-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, e João Batista Moraes Vieira, Coordenador-Executivo da Federação Nacional do Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União.	Autônoma

CCT								
Ano	Nº	Data	Req.	Requerente	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	24ª	06/07/2011	RCT 23 e 27/2011	Senadores Eduardo Braga, Maria do Carmo Alves, Ângela Portela, Valdir Raupp, Cyro Miranda, Pedro Taqes, Eduardo Braga, Anibal Diniz e Walter Pinheiro	Legislação e Meio Ambiente	Análise de legislação em vigor	Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; João de Deus Medeiros, Diretor do Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Roberto Lorena, Coordenador de Acompanhamento de Promoção de Tecnologia Agropecuária da Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; Helena Bonciani Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Elíbio Leopoldo Rech Filho, Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências – ABC; Marcio Pochmann Presidente do Ipea.	Autônoma
2012	27ª	08/11/2012	RCT 33/2012, RAS 60/2012, RDR 23/2012 e RMA 90/2012	Senador Eduardo Braga	Infraestrutura e Telecomunicação	Instrução de proposição	Artur Coimbra, Diretor do Departamento de Banda Larga – Ministério das Comunicações – MiniCom; Antonio Carlos Valente da Silva, Presidente da Telebrasil; Érica Diogo Castilho, Coordenadora Geral de Bens Imóveis do Iphan; José Mauro de Lima, Consultor Jurídico do MMA; Bruno de Carvalho Ramos, Superintendente de Serviços Privados - Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Letícia Miguel Teixeira, Gerente de Projetos Substituta da Diretoria de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano, Ministério das Cidades	Conjunta: CCT, CDR, CAS e CMA
2013	34ª	24/09/2013	RCT 36/2013	Senador Walter Pinheiro	Telecomunicação	Fiscalização de serviços	Roberto Pinto Martins, Superintendente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações; Marcelo Barros da Cunha, Secretário da Secretaria de Fiscalização e Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações do Tribunal de Contas da União; Danilo Doneda, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor; Antonio	Autônoma

							Carlos Fonseca da Silva, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara (Consumidor e Ordem Econômica) do Ministério Público Federal, e Eduardo Levy, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações.	
2014	6ª	10/04/2014	RMA 31/2014, RCT 5/2014 e RQJ 15/2014	Senador Jorge Viana, Zeze Perrella, Vital do Rêgo	Regulação da internet	Instrução de proposição	Márcio Lopes de Freitas Filho, Assessor Especial do Ministério da Justiça; Beatriz Barbosa, Representante do Interozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social; Carlos Affonso Souza, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade; Leonardo Palhares, Vice-Presidente de Estratégia da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico; Marcos Leôncio Sousa Ribeiro, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal.	Conjunta: CCI, CMA e CCT

CDH								
Ano	Nº	Data	Req.	Requerente	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	93ª	28/11/2011	RDH 151/2011	Senador Senador Paulo Paim	Combate ao <i>Bullying</i>	Debate sobre problema social	Major Policial Militar Lobato, Representante da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal; Augusto Pedra, Psicólogo especialista em Bullying escolar; Amábil Pácios, Professora Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares – Fenep; Sérgio Harfouche, Promotor de Justiça – Mato Grosso do Sul; Rosângela Gonzaga – Ministério Público – em substituição ao Vereador de Campo Grande, MS, Paulo Coimbra; Rivane Melo, Presidente do Ceneobes; Simone Maraninchi Leite Lima – Representante da Secretaria de Educação de Pelotas – RS	Autônoma
2012	13ª	26/03/2012	RDH 140/2011	Senador Paulo Paim	Equidade e Políticas Públicas	Debate sobre políticas de governo	Frei David Santos, Diretor Executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes - Educafro; Mário Lisbôa Theodoro, Secretário/Executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir; Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo, Diretor de Engenharia, Ciências Exatas, Humanas e Sociais, em substituição ao Senhor Glaucius Oliva, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ); José Vicente, Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares; Ivair Augusto Alves dos Santos, Coordenador do Centro de Convivência Negra da UnB; e Jorge Almeida Guimarães, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.	Autônoma
2013	64ª	21/11/2013	RDH 73/2013	Senadora Ana Rita	Direitos Humanos e Extração Mineral	Debate sobre problema social	Cristiane Faustino, Relatora da Plataforma Dhesca pelo direito ao Meio Ambiente; Eugenio Pio Costa, Coordenador Geral de Transportes, Mineração e Obras Civas do Ibama; Guilherme Zagallo, Representante da Sociedade Civil do Maranhão; Justo Evangelista Conceição, Representante das Comunidades Quilombolas do Maranhão; Edson Farias Mello, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério de Minas e Energia	Autônoma
2014	37ª	02/06/2014	RDH 27/2014	Senador	Legalização	Instrução de	Julio Heriberto Calzada Mazzei, Secretário-	Autônoma

				Cristovam Buarque	da Maconha	proposição	Geral da Secretaria Nacional de Drogas da República Oriental do Uruguai; Rafael Franzini Batle, Representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, e Márcia Loureiro, Coordenadora Geral da Coordenação Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores.	
--	--	--	--	----------------------	------------	------------	--	--

CDR								
Ano	Nº	Data	Req.	Requerente	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	23ª	31/08/2011	RQA 58, 62 e 63/2011, RQI 46, 46ª e 51/2011, RDR 21/2011	Senador Humberto Costa, José Pimentel, Lídice da Mata, Francisco Dornelles, Walter Pinheiro, Antonio Carlos Valadares	Energia e Minerais	Repartição de Royalties	Sérgio Cabral, Governador do Estado do Rio de Janeiro, Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo, Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo e do Eduardo Campos, Governador do Estado de Pernambuco	Conjunta: CDR, CAE e CI
2012	6ª	10/04/2012	RDR 01, 05 e 07/2012	Senadora Ana Amélia	Direitos do Consumidor	Debate sobre problema social	Marcos Jorge Matusевичius, Assessor do Conselho Nacional de Praticagem – Conapra; Paulo Biancardi Coury, Gerente/Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; Leonardo de Souza Carauta de Fonseca, Assessor da Área de Turismo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Ricardo Amaral, Presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos – Abramar; Amaury Martins, Diretor Substituto do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC/MJ; Ricardo Martini Moesch, Diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo; Capitão-de-Mar-e-Guerra, Mauro Guimarães Carvalho Leme Filho, Superintendente da Segurança do Tráfego Aquaviário do Comando da Marinha do Brasil.	Autônoma
2013	23ª	18/09/2013	RDR 24 e 25/2013	Senadora Lídice da Mata e Ana Amélia	Legislação Turística e Direito do Consumidor	Instrução de proposição	Ana Cândido Muniz Cipriano, Coordenadora-Geral de Consumo e Cidadania; Enrico Fermi Torquato Fontes, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, e Alexandre	Autônoma

							Sampaio, Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação.	
2014	12ª	05/11/2014	RDR 06 e 10/2014	Senadora Lídice da Mata	Turismo Nacional	Debate sobre programas de governo	Neusvaldo Ferreira Lima, Secretário Nacional de Programas do Ministério do Turismo – MTur; Jun Alex Yamamoto, Diretor de Programas do Ministério do Turismo – MTur; José Osório Naves, Diretor para Assuntos Políticos Institucionais da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; Alexandre Sampaio de Abreu, Diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; João de Souza Ávila, Diretor de Relações Governamentais da Associação Brasileira de Agências de Viagem – Abav.	Autônoma

CE								
Ano	Nº	Data	Req.	Requerente	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	28ª	16/06/2011	RCE 14/2011, RCT 13, 15 e 24/2011, RQJ 20/2011 e RQA 12/2011	Senador Roberto Requião, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Delcídio do Amaral e Rodrigo Rollenberg	Telecomunicação	Instrução de proposição	Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – Ancine; João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra; Luciana Ferri Sobrosa de Mello, Diretora Jurídica da Home Box Office – HBO; Marcos Alberto Sant’anna Bitelli, Representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA; Francisco Mistrorigo, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV; Ara Apkar Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Evandro Guimarães, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert – Organizações Globo; Daniel Pimentel Slaviero, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert – SBT; Marcio Novaes, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert – Record; José Francisco de Araujo Lima Neto, Vice-Presidente Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – Abta; Eduardo Levy Cardoso Moreira, Representante da Associação Brasileira de Telecomunicações – Telebrasil.	Conjunta: CE, CAE, CCJ, CMA e CCT
2012	51ª	21/11/2012	RCE 73/2011	Senador Cristovam Buarque, Cássio Cunha Lima e Mozarildo Cavalcanti	Educação Básica Federalizada	Debate sobre problema social	Senhor João Batista Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto; a Senhora Guiomar Namó de Mello, Educadora e o Senhor Fernando Abrúcio, Cientista Político.	Autônoma
2013	39ª	14/08/2013	RCE 36/2013	Senador Kátia Abreu e Lídice da Mata	Educação e Sistema Educacional	Debate sobre problema social	Herman Jacobus Cornelis, Secretário de Educação do Estado de São Paulo; Vitor Henrique Paro, Professor Titular e Pesquisador em Gestão Escolar da Universidade de São Paulo; Priscila Fonseca	Autônoma

							da Cruz, Diretora Executiva do Movimento Todos Pela Educação, e Yvelise Arco Verde, Diretora de Apoio à Gestão Educacional – Secretaria de Educação Básica – MEC.	
2014	4ª	11/03/2014	RCE 3/2014, RCE 8/2014 e RCE 10/2014	Senador Alvaro Dias e Cyro Miranda	Copa do Mundo de 2014	Fiscalização de serviços	Adalberto Santos de Vasconcelos, Coordenador-Geral de Controle Externo da Área de infraestrutura e da Região Sudeste do Tribunal de Contas da União; José Roberto Bernasconi, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva; Rafael Jardim Cavalcante, Assessor do Ministro Relator das obras da Copa do Mundo do Tribunal de Contas da União, e Rodrigo Magalhães Prada, Jornalista e Diretor do Portal da Copa 2014	Autônoma

CI								
Ano	Nº	Data	Req.	Requerente	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	9ª	26/04/2011	-	-	Infraestrutura Aeroportuária	Infraestrutura e desenvolvimento aeroportuário	Carlos Alves da Silva Campos Neto, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea; José Márcio Mollo, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – Snea; e Miguel Capobiango Neto, Coordenador da Unidade Gestora da Copa do Governo do Estado do Amazonas – UGP.	Autônoma
2012	32ª	20/11/2012	RQI 42 e 47/2012 e RQE 39/2012	Senador Aécio Neves e Eduardo Braga	Sistema Elétrico Brasileiro	Infraestrutura energética	Senhor Márcio Pereira Zimmermann, Secretário Executivo do MME.	Conjunta: CI e CAE
2013	49ª	23/10/2013	RQI 51/2013	Senador Fernando Collor	Obras Públicas	Infraestrutura e concessões	Gleisi Hoffmann, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República; Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União	Autônoma
2014	18ª	19/05/2014	RQI 1/2013	Senador Fernando Collor	Logística Nacional	Infraestrutura e desenvolvimento	Eduardo Teixeira, Sócio-Diretor da Creta Planejamento; Márcio Holland de Brito, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e Vinícios Leoncio, Advogado.	Autônoma

CMA								
Ano	Nº	Data	Req.	Requerente	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	44ª	19/10/2011	RMA 106 e 107/2011 e RCE 62/2011	Senadores Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda e Lídice da Mata e Álvaro Dias	Gestão Ministerial	Debate político	Ministro do Esporte, Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior.	Conjunta: CMA e CE
2012	44ª	12/11/2012	RMA 79/2012	Senador Rodrigo Rollemberg	Parceria Público-Privada	Instrução de proposição	Vera Maria Masagão Ribeiro, Diretora de Ação Educativa da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais – ABONG; Antonio Alves de Carvalho Neto, Secretário-Adjunto de Planejamento do TCU; e Diogo de Sant'Ana – Assessor Especial da Secretaria Geral da Presidência da República	Autônoma
2013	42ª	12/11/2013	RMA 62 e 69/2013	Senador Blairo Maggi	Portos	Análise de legislação em vigor	Antonio Henrique Pinheiro Silveira, Ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República; Renato Ferreira Barco, Diretor-Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo; Luiz Henrique Tessuti Dividino, Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina; Carlos José Ponciano da Silva, Diretor-Presidente da Companhia Docas do Pará; e Mário Povia, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	Autônoma
2014	18ª	27/05/2014	RMA 26, 34/2014, RCT 11 e 13/2014 e RQI 4/2014	Senador Eduardo Amorim, Vital do Rêgo e Jorge Viana	Telecomunicação	Fiscalização de serviços	Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações.	Conjunta: CMA, CCT e CI

CRA								
Ano	Nº	Data			Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	47ª	10/11/2011	RRA 72/2011	Senador Acir Gurgacz	Produção Integrada	Instrução de proposição	Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag; Renato Conchon – Coordenador de Assuntos Econômicos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; João Tomelin, Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Silvio Ney Barros Monteiro, Diretor Financeiro da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Unicafe; Adriano Campos Alves, Assessor Jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; Carlos Alberto Sehn, Assessor da Diretoria do Sindicato Interestadual do Tabaco – Sinditabaco.	Autônoma
2012	22ª	12/07/2012	RRA 26/2012	Senador Ana Amélia e Sérgio Souza	Produção Agropecuária	Debate sobre problema produtivo	Mendes Ribeiro Filho, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; Marcelo Lopes, Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos – ABCS; Pedro de Camargo Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína – Abipec; Marcio Milan, Vice/Presidente da Associação Brasileira de Supermercados – Abras (representante de: Susumo Honda); Marcia Caldas, Coordenadora de Crédito Rural e Normas da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – SPE/MF (representante de: João Rabelo Júnior); Caio Rocha, Secretário de Política Agrícola do Mapa; Deputado Vilson Covatti – (PP/RS), Presidente da Frente Parlamentar Mista da Suinocultura – FPMS	Autônoma
2013	20ª	05/09/2013	RRA 29 e 34/2013	Senador Rodrigo Rollemberg	Seguro Agrícola	Debate sobre problema produtivo	Alysson Paolinelli, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho; Antonio Licio, Consultor da Associação Brasileira dos Produtores de Milho; Cesario Ramalho da Silva, Presidente da Sociedade Rural Brasileira; José Aroldo Gallassini, Presidente da Coamo Agroindústria; Gláucio Nogueira Toyama,	Autônoma

							Diretor Técnico de Seguros Rurais e Habitacionais do Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre (representante de: Sr. Luis Carlos Guedes Pinto); Rosemeire Cristina dos Santos, Superintendente Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil	
2014	6ª	20/03/2014	RRA 20/2013 e RRA 9/2014	Senador Cícero Lucena	Endividamento Agrícola	Debate sobre problema produtivo	Mario Borba, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba; José Maria Vilar da Silva, Superintendente Estadual da Paraíba do Banco do Nordeste do Brasil; Nicola Moreira Miccine, Gerente do Ambiente de Recuperação do Banco do Nordeste do Brasil; João Pinto Rabelo Júnior, Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - SPE/MF.	Autônoma

CRE								
Ano	Nº	Data	Req.	Requerente	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	33ª	08/08/2011	RRE 01/2011	Senador Fernando Collor	Macroeconomia	Política externa	Luiz Awazu Pereira da Silva, Diretor de Regulação do Sistema Financeiro e Diretor de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos do Banco Central; Ministro Paulo Roberto de Almeida, Diplomata do Ministério das Relações Exteriores e Professor do Uniceub; Tatiana Lacerda Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; Makhtar Diop, Diretor do Banco Mundial	Autônoma
2012	30ª	28/05/2012	RRE 1/2011	Senador Fernando Collor	Relações Exteriores	Política externa	Embaixador Rubens Barbosa, ex-Embaixador do Brasil em Washington e Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); Ministra Dorothea Fonseca Furquim Werneck, Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais, ex-Ministra do Trabalho e ex-Ministra da Indústria e Comércio; Embaixador Marcílio Marques Moreira, ex-Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento	Autônoma
2013	26ª	04/07/2013	RRE 17/2013, RRE 27/2013 e RRE 40/2013	Senador Ricardo Ferraço e Pedro Simon	Mercosul	Comércio exterior	Fernando Damata Pimentel, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	Autônoma
2014	8ª	25/03/2014	RQE 2/2014, RQE 3/2014 e RRE 22/2014	Senador Ana Amélia e Senador José Pimentel	Financiamento Internacional	Investimento Exterior	Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	Conjunta: CRE e CAE

CSF								
Ano	Nº	Data	Req.	Requerente	Tema	Categoria	Participante(s)	Tipo
2011	-	-			-	-	-	-
2012	-	-			-	-	-	-
2013	4ª	16/06/2013	RFF 1/2013	Senador Cristovam Buarque	Disparidades Regionais	Debate sobre problema social	Sr. Fernando Antonio Rezende Silva, Professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas; Sr. Túlio Tavares Santos, Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina, e Sr. João Paulo dos Reis Velloso, Superintendente Geral do Instituto Nacional de Altos Estudos.	Autônoma
2014	-	-			-	-	-	-